

# Novas Tendências do Desenvolvimento Econômico do Nordeste<sup>1</sup>

## RESUMO

---

Este estudo compara o desempenho da região Nordeste com o conjunto da economia nacional em algumas atividades econômicas selecionadas, buscando analisar características da crescente formalização do mercado de seu trabalho. A principal fonte de dados utilizada neste estudo provém de informações das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), cujos microdados foram organizados e manipulados para fornecer as informações para os cruzamentos de dados pretendidos. Também informações de pesquisas industriais do IBGE foram utilizadas. Basicamente, a metodologia de análise consistiu em comparar a evolução de alguns indicadores de produto e emprego da Região Nordeste com a média brasileira. A seguir, foram avaliadas as principais mudanças na estrutura de renda e de ocupação da região Nordeste para o período que se encerra em 2008. Conclui que estão postas as condições para que se instale um desenvolvimento econômico sustentado na região. Alerta, porém, para a necessidade de manutenção do ritmo de crescimento da economia nacional e que o Estado brasileiro continue atuando com uma preocupação regional. Adverte, também, sobre as incertezas quanto à manutenção do ritmo de crescimento interno, ante a instabilidade internacional e o risco de desindustrialização. Ainda assim, admite a possibilidade de uma melhoria da distribuição regional de renda no Brasil.

## PALAVRAS-CHAVE

---

Distribuição Regional da Renda. Nordeste Brasileiro. Formalização do Emprego.

### Fernando Augusto Mansor de Mattos

- Professor-adjunto no Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF);
- Bolsista como pesquisador-visitante, atuando na Assessoria Técnica da Presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- Mestre e Doutor pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp);
- Foi pesquisador-visitante no *Institut de Recherches Économiques et Sociales* (IRES), na França, no ano 2000;
- Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômicos (Dieese) (1993-1994) e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade) (1994-1996).

### Enrico Moreira Martignoni

- Economista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);
- Mestre em Estudos Populacionais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Bolsista no IPEA, tendo trabalhado na Assessoria da Presidência.

## 1 – INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

O processo de industrialização pesada<sup>2</sup> no Brasil reforçou diversos aspectos relacionados à desigualdade que caracterizou a formação da sociedade brasileira. Anibal Pinto, um dos fundadores do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), definiu o desenvolvimento econômico da América Latina como um movimento marcado por uma “heterogeneidade estrutural”<sup>3</sup> que se refletiu em elevada concentração setorial, pessoal e regional da renda.

A montagem da estrutura industrial brasileira, baseada nos setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis de alto valor unitário (cujo exemplo maior é a indústria automobilística) ocorreu de forma concentrada na região Sudeste do país, especialmente no Estado de São Paulo, onde se instalou a liderança do processo de industrialização pesada.

A concentração industrial em São Paulo atinge seu auge na primeira metade da década de 1970, razão pela qual um dos principais objetivos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), implementado no governo Geisel (1974-1979), era justamente a redução das desigualdades regionais do Brasil. O

aporte de investimentos advindos do desenvolvimento do II PND favoreceu as regiões periféricas do país, mas não reverteu a notável concentração pessoal da renda do trabalho e nem a deterioração na distribuição funcional da renda.<sup>4</sup>

Nos anos 80 e 90, a economia brasileira teve um medíocre crescimento econômico, rompendo a trajetória de crescimento das décadas anteriores, em que havia acontecido também um significativo processo de estruturação do mercado de trabalho nacional.<sup>5</sup> Nos anos 80 e 90, o peso relativo de São Paulo continuou a cair, mas esse movimento não se deu de forma virtuosa, pois a ampliação da participação das regiões periféricas na renda nacional deu-se, em boa medida, com a transferência de atividades de regiões mais ricas para as mais pobres. Do ponto de vista da distribuição pessoal da renda, os anos 1980 vivenciaram um período de nova deterioração, mas, agora, em circunstâncias ainda piores do que a das décadas de 1960 e 1970,<sup>6</sup> pois, nos anos 1980, a renda média ficou quase estagnada. No nível das grandes regiões brasileiras, também, a distribuição da renda do trabalho (renda pessoal) tornou-se ainda mais concentrada do que se havia mostrado nas décadas anteriores. Nos anos 1990, o processo de deterioração do perfil distributivo manteve seu curso,<sup>7</sup> em contexto de crescimento econômico fraco e de queda do emprego industrial.

1 Uma versão mais modesta deste estudo foi apresentada no XV Encontro Regional de Economia, promovido pela Associação Nacional dos Cursos de Pós-graduação em Economia (Anpec) e pelo Banco do Nordeste do Brasil, em Fortaleza (CE), em 19 e 20 de julho de 2010.

2 Entendemos industrialização pesada como aquela que se iniciou na segunda metade dos anos 50, quando a estrutura produtiva do Brasil instalou definitivamente o setor produtor de bens de capital (DI, segundo a terminologia de Kalecki), superando a fase industrializante anterior, que ficou consagrada na literatura sobre o desenvolvimento econômico brasileiro como a da industrialização restringida (1933-1955). A partir de 1955, instala-se no Brasil (Plano de Metas) o setor produtor de máquinas e equipamentos (DI) e, a partir de então, a dinâmica capitalista passa a depender exclusivamente de suas próprias contradições, ou seja, passa a depender do cálculo feito pelo capitalista, que procura comparar o custo do equipamento a ser comprado no mercado doméstico com as receitas esperadas do seu uso, decorrentes da venda dos produtos produzidos pelo equipamento.

3 Sobre os diversos aspectos que descrevem o conceito de heterogeneidade estrutural na América Latina, conceito cunhado em meados dos anos 60, quando já eram visíveis os primeiros resultados do processo de industrialização em vários países da América Latina. (PINTO, 1976). Pinto (1976) postula que, na América Latina, a industrialização ocorreu na etapa monopolista do desenvolvimento capitalista e, portanto, ela exigia um elevado capital inicial mínimo para a instalação de setores industriais. Esses novos setores representaram um salto significativo em termos de progresso técnico, ao contrário do que ocorreria durante o processo de industrialização dos países centrais, que havia ocorrido de forma mais paulatina e em outro momento histórico.

4 Sobre o debate acerca das mudanças do perfil de distribuição da renda no período, ver Langoni (1973), defendendo a política econômica do governo militar; ver também seus críticos, em artigos reunidos no livro organizado por Tolipan e Tinnelli (1975).

5 Entende-se por estruturação do mercado de trabalho o processo de transformações das relações de trabalho marcado pela ampliação do peso relativo do emprego assalariado formal (com carteira assinada) no conjunto das ocupações. A posse da carteira de trabalho assinada garante ao trabalhador o desfrute dos direitos sociais e trabalhistas definidos em lei. Para uma ilustração e análise do processo de estruturação do mercado de trabalho brasileiro durante o processo de industrialização do país, ver Pochmann (1999).

6 Dentro do debate de tradição cepalina acerca do processo de desenvolvimento econômico dos países latino-americanos, a heterogeneidade da estrutura ocupacional (e do perfil distributivo) mostrou-se uma das características distintivas do subdesenvolvimento desses países. Nos países ou regiões em que a industrialização se fez mais presente, o peso relativo da informalidade mostrou-se menor, mas nem mesmo deixou de existir elevada heterogeneidade das oportunidades ocupacionais criadas pelo processo de industrialização. Para acompanhar esta discussão, ver, pelo menos: Bravo (1979); Pinto (1979) e Souza (1980).

7 Sobre os condicionantes e a deterioração do perfil da distribuição de renda nos anos 1990, ver Dedecca (2003) e Dedecca (2005).

No início do século XXI, mais especificamente a partir de 2004, porém, o mercado de trabalho sofreu importantes transformações, que se expressaram em uma ampliação do peso do emprego com carteira na estrutura ocupacional, ou seja, foi retomado um processo de formalização do mercado de trabalho brasileiro (CARDOSO JR., 2007), revertendo a trajetória de crescente informalização do mercado de trabalho nacional ocorrida ao longo dos anos 1980 e 1990. Dados recentes revelam que essa trajetória em direção a uma maior formalização da mão de obra tem tido maior ênfase, notadamente, nas regiões Norte e Nordeste do país.

Dados já conhecidos também sugerem que, especificamente na região Nordeste, tem melhorado o perfil de distribuição da renda do trabalho. Os índices de Gini regionais, bem como o perfil de apropriação da renda segundo estratos ocupacionais, sugerem a melhoria do perfil distributivo na região Nordeste.

Este artigo, além desta breve apresentação, tem mais duas partes. Na primeira parte, pretende-se resgatar brevemente os aspectos mais gerais do debate sobre a desigualdade regional no país ao longo das últimas décadas. Na segunda e mais importante parte do artigo, pretende-se, em primeiro lugar, avaliar a evolução recente da participação da região Nordeste na renda nacional, destacando-se alguns setores de atividade selecionados. A seguir, pretende-se reunir dados para mostrar que a evolução do grau de formalização do mercado de trabalho nordestino foi, no período 2003-2008, ainda mais intensa do que a ocorrida na média nacional. A seguir, pretende-se caracterizar a natureza do processo de estruturação do mercado de trabalho nordestino, qualificando-o segundo aspectos setoriais, ocupacionais e também por estratos de renda. Nas considerações finais, procuramos chamar atenção para o momento histórico singular que vem sendo vivido pelo mercado de trabalho nordestino (refletindo as recentes transformações econômicas da região) e também alertamos, em aspectos gerais, para os desafios e necessidades que se colocam ao Estado brasileiro (e para a sua atuação na elaboração da política econômica) para que, de fato, as regiões menos ricas do país e, em particular, a região Nordeste, possam ampliar sua

participação na economia nacional em contexto de crescimento da economia brasileira como um todo e de fortalecimento do mercado interno do país.

## 2 – A QUESTÃO REGIONAL BRASILEIRA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: BREVES COMENTÁRIOS

A problemática regional brasileira vem desde o período colonial, durante o qual não existia ainda um mercado nacional integrado, mas apenas um conjunto de economias regionais primário-exportadoras baseadas no trabalho escravo. A dinâmica do crescimento dependia do mercado externo e eram muito tênues (e, em muitos casos, totalmente inexistentes) as relações econômicas entre as diferentes regiões. (FURTADO, 1967).

Foi somente a partir da supressão da escravidão, com o conseqüente desenvolvimento das formas verdadeiramente capitalistas, que a questão dos “desequilíbrios regionais” passa a fazer parte do debate sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, que se deu com elevada concentração regional da renda e da riqueza, uma vez que, por questões históricas já bem discutidas na literatura sobre o tema,<sup>8</sup> a industrialização brasileira, desde sua partida, concentrou-se em São Paulo,<sup>9</sup> ocorrendo o que Cano (1977, p. 12) chamou de “uma relação de forte predominância do complexo econômico paulista sobre as demais regiões do país, imprimindo-lhes, em grande medida, uma relação comercial de ‘centro-periferia’”.

A partir dos anos 1950, porém, com a instalação da indústria pesada no Brasil, o debate em torno

8 Confira entre outros: Furtado (1967); Cano (1977); Cano (1985) e Cano (2008).

9 Segundo Cano (1977), remontam ao início do século XX as origens da concentração industrial em São Paulo, quando a atividade cafeeira paulista passou a desenvolver relações capitalistas de produção, constituindo um “mercado interno” que se desenvolvia em torno de um chamado complexo cafeeiro, ou seja, um conjunto de atividades mais amplo que a própria plantação e colheita do café, incluindo todos os negócios que giravam em torno dele. Furtado (1967, p. 150), no capítulo XXV de seu clássico “Formação Econômica do Brasil”, sublinha que “considerada em seu conjunto, a economia brasileira parece haver alcançado uma taxa relativamente alta de crescimento na segunda metade do século XIX. Sendo o comércio exterior o setor dinâmico do sistema, é no seu comportamento que está a chave do processo de crescimento dessa etapa”. Para mais detalhes, consultar Cano (1977) e Furtado (1967).

da questão regional tomou corpo e passou a fazer parte das preocupações das políticas públicas no país.<sup>10</sup> Conforme lembra Araújo (1995), a partir dali a acumulação de capital no país promoveu a sua integração econômica, articulando a dinâmica econômica do Nordeste (e demais regiões periféricas) à dinâmica do centro do país; ou seja, a região nordestina não estava mais “isolada” do centro de acumulação capitalista do país. A maior integração entre as regiões, porém, não reverteu a elevada desigualdade entre elas. Pelo contrário, em algumas etapas do desenvolvimento industrial do país, houve até mesmo aumento dessa desigualdade, dadas as diferenças de produtividade existentes entre os setores de atividade que se instalavam em cada espaço do território nacional.

Ao mesmo tempo que a concentração industrial ficava cada vez maior em São Paulo, constatava-se que a pobreza afetava grande parcela da população nordestina, o que intensificou o debate sobre a questão dos desequilíbrios regionais no fim dos anos 1950 e início dos anos 1960, em contexto também de rápida urbanização e de intensificação das migrações inter-regionais. O amadurecimento desse debate deu origem, em 1959, à constituição do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que representou uma referência para o debate regional, tendo sido decisivo para a fundação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). (FURTADO, 1985). O GTDN propunha mudanças estruturais na economia nordestina, buscando integrá-la e desenvolvê-la a partir da ampliação das relações capitalistas de produção. (SOUSA, 2010).

Entre essas transformações, estava, sem dúvida, a reforma agrária. O debate iniciado pelo GTDN, porém, acabou truncado pela ascensão do regime militar, instalado em 1964. Não obstante, a partir dos anos 1970, mais especificamente quando da implementação do II PND,<sup>11</sup> pelo governo Geisel (1974-1979), os

formuladores de política econômica passaram a reconhecer explicitamente a necessidade de enfrentar o problema das desigualdades regionais (embora propondo e implementando políticas e métodos bastante diferentes dos que haviam sido projetados pelo GTDN).

Um dos principais objetivos do II PND, lançado no governo Geisel (1974-1979), era integrar a estrutura industrial brasileira e, para isso, definiu estratégias e determinou investimentos, inclusive das estatais, no sentido de ampliar a produção de bens intermediários e fortalecer o segmento produtor de bens de capital. A ampliação da produção de bens intermediários tornar-se-ia a parte mais bem-sucedida do plano e foi ela, especificamente, que acabaria por produzir os efeitos mais positivos sobre a redução das desigualdades regionais. O objetivo do plano de impulsionar a produção de bens intermediários dependia da abundância de recursos naturais, que se espalhavam por diversas áreas do território nacional, notadamente em regiões periféricas. Essa estratégia foi relativamente bem-sucedida e a redução das desigualdades regionais também foi impulsionada pela expansão da fronteira agrícola<sup>12</sup> e pelos investimentos públicos e privados nos setores de transportes e comunicações.

A maturação dos projetos executados pelo II PND foi sentida ao longo dos anos 1980, quando aumentou a participação das regiões periférica na renda nacional, notadamente por causa da expansão do produto industrial nessas regiões. A promoção dos investimentos industriais durante a execução do II PND, bem como a expansão de atividades agropecuárias e de atividades de extração mineral, foi responsável também pela expansão de atividades dos setores de comércio e de serviços a elas correlatos nas regiões periféricas, fomentando um processo importante de desconcentração regional da renda, perceptível já na segunda metade dos anos 1970 e também favorecido pelo contexto de crescimento da renda média na economia nacional.

10 De todo modo, é interessante lembrar, como o fez Guimarães Neto (1986), que o Estado brasileiro, já desde a década de 1930, buscava promover a integração do mercado nacional, com a eliminação de barreiras comerciais entre as regiões.

11 O robusto crescimento econômico durante os anos do chamado “milagre brasileiro” (1967-1973) acabou dando um impulso adicional à concentração regional da renda, de tal forma que foi justamente

na primeira metade da década de 1970 que a participação de São Paulo na produção industrial nacional atingiu o seu auge.

12 Pacheco (1998) ressalta que, nos anos 1970, o padrão de crescimento da produção agropecuária baseou-se muito mais na expansão da área cultivada do que em ganhos consistentes de produtividade, situação que foi importante para promover o crescimento econômico de regiões periféricas do território nacional.

A partir dos anos 1980, porém, a economia brasileira perdeu dinamismo e desarticulou aquele padrão virtuoso de desconcentração econômica regional. Os dados indicam, porém, uma continuação da perda de peso relativo de São Paulo na renda nacional, mas, doravante, explicado pelo fato de que a crise econômica, notadamente por impactar preferencialmente sobre os investimentos industriais (os que, normalmente, são os primeiros a ser afetados em períodos de recessão), o que provocou uma queda da participação da renda do estado mais rico da nação na renda nacional. Portanto, a ampliação do peso relativo da renda de regiões periféricas, ao longo dos anos 1980, representou, na verdade, um efeito-composição da perda do peso relativo da renda paulista na renda nacional, em contexto de forte desaceleração da economia brasileira, que afetou especialmente as atividades industriais, as quais, por sua vez, estavam (e ainda estão) concentradas em São Paulo. (GUIMARÃES NETO, 1986).

Dessa maneira, pode-se ressaltar mais um efeito nefasto da perda de dinamismo econômico ocorrida no Brasil dos anos 1980: a reversão do processo virtuoso de desconcentração regional da renda que vinha ocorrendo durante os anos 1970.

Nos anos 1990, quando foi superado, definitivamente, o padrão de desenvolvimento industrial que havia vigorado desde os anos 30 no Brasil, apoiado em intervenção estatal em prol do desenvolvimento industrial, também foi definido um novo padrão locacional da atividade econômica, baseado em processos de reestruturação produtiva e administrativa das empresas, em contexto de abertura comercial, de valorização cambial, juros altos e acelerada mudanças tecnológicas fortemente poupadoras de mão de obra e racionalizadoras dos processos de produção. Neste ambiente de mudanças tanto tecnológicas quanto em termos de política econômica e de uma nova visão de atuação estatal, baseada em processos de liberalização dos mercados, foram também definidos novos condicionantes para a atração de investimentos (diga-se de passagem, exíguos investimentos, como se pôde perceber pelos resultados decepcionantes da formação bruta de capital fixo da década, em média). Entre esses novos condicionantes, destacou-se a necessidade de novos sistemas de transportes e, principalmente,

de comunicações baseados em tecnologias de informação, que possibilitassem maior flexibilização da produção industrial e novas possibilidades de organizar a cadeia produtiva. Também, a necessidade de proximidade de centros de excelência em pesquisa e novas tecnologias definiram as decisões empresariais de alocação dos investimentos – de resto, também, cada vez mais seletivos por causa justamente do baixo dinamismo do mercado interno durante os anos 1990.

Dentro dessa perspectiva de novos padrões locacionais de investimento, consolida-se o que Diniz (1993) denomina de desenvolvimento poligonal no Brasil, que se diferencia tanto do processo de desconcentração regional induzida pelo Estado, no fim dos anos 70, quanto do processo de concentração agudo ocorrido nos anos 50 e 60 e, ainda, na primeira parte dos anos 70. Para Diniz (1993, p 38), os dados já disponíveis no início dos anos 90 indicavam que as atividades econômicas vinham-se concentrando desde, pelo menos, meados dos anos 80, em torno de um enorme polígono em torno do Estado de São Paulo, que incluía uma ampla região que abarca “desde o centro de Minas Gerais até o nordeste do Rio Grande do Sul”.

Diniz (1993) destaca que a perda de peso relativo do Estado de São Paulo não diminui a importância deste na definição dos novos rumos da distribuição regional da renda, pois a Região Metropolitana de São Paulo ainda estaria norteando as decisões locacionais do empresariado. Diniz (1993) chama a atenção para o surgimento de certas deseconomias de aglomeração na Região Metropolitana de São Paulo e da criação de economias de aglomeração em certas regiões em que o peso das atividades industriais e urbanas era considerável, mas sem os problemas da Região Metropolitana de São Paulo. Ou seja, nos anos 90, houve certa desconcentração concentrada da renda, pois o Estado de São Paulo continua perdendo participação na renda nacional, mas esta cresce em regiões bastante próximas a ele. A existência de infraestrutura de transportes e comunicações, bem como a existência de centros de pesquisa em novas tecnologias típicas da chamada terceira revolução industrial foram decisivas para a alocação dos novos investimentos dos anos 1990.



De todo modo, é importante registrar que, pelas Contas Regionais do IBGE, a participação do Estado de São Paulo na renda nacional era de 37,8%, em 1989, caindo para 30,9% em 2004. O período considerado (1989-2004) foi marcado por um crescimento econômico pífio, de tal forma que a ampliação do peso relativo dos estados periféricos na renda nacional deveu-se muito mais ao fato de que a conjuntura econômica desse período afetou de forma mais deletéria a atividade econômica paulista do que a dos demais estados; ou seja, a desconcentração manifestada pelos indicadores de distribuição regional na renda nacional não se deu por um movimento virtuoso de grandes investimentos nas regiões de menor participação relativa na renda nacional.

Deve-se lembrar que, nesse período, modificações estruturais importantes foram feitas na forma de atuação do Estado na política econômica, nomeadamente no sentido de promover uma abertura comercial e financeira que, além de não lograr recuperar as taxas de investimento na economia, ainda provocaram uma desarticulação da atividade industrial, a que mais sofreu com as medidas liberais adotadas, afetando, portanto, especialmente o estado em que a atividade industrial mais se concentrou. Basta ressaltar que, comparando-se os efeitos, sobre o mercado de trabalho, da retomada econômica (efêmera) do biênio 1994-1995, em relação à recessão do início dos anos 90 (1990-1992), com os efeitos da também breve retomada de 1985-1986, em relação à recessão anterior da economia brasileira, ou seja, a de 1981-1983, pode-se perceber que, em meados dos anos 90, a retomada da trajetória ascendente do nível de atividade não recuperou os empregos industriais que haviam sido perdidos na recessão do Plano Collor (1990-1992), contrastando com o que ocorrera às vésperas e no ano de implementação do Plano Cruzado, quando o reaquecimento da economia recuperou e ultrapassou o nível de emprego industrial que havia sido eliminado na recessão que abriu a década de 1980, conforme lembra Baltar (1996).

A abertura comercial feita no início dos anos 90 e a falta de uma efetiva política industrial, bem como a valorização cambial, notadamente após a

adoção do Plano Real, acabaram tendo um impacto significativo na cadeia produtiva industrial, gerando descontinuidades em diversos setores, em contexto de aumento do peso dos bens intermediários na pauta de importações. (BALTAR, 1996). Por fim, é importante também sublinhar que uma das formas de reação das empresas à conjuntura econômica adversa dos anos 1990<sup>13</sup> foi recorrer a programas de reestruturação produtiva e organizacional, que, invariavelmente, vinham acompanhadas de redução do emprego e tentativa de obtenção, “na margem”, de ganhos de produtividade através da intensificação do trabalho. Essa realidade impactou especialmente as regiões mais industrializadas, razão pela qual o Estado de São Paulo e outros também com relativamente elevado peso das atividades industriais, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, tiveram perda de participação na renda nacional.<sup>14</sup>

Não se deve perder de vista também que a adoção do ideário neoliberal de atuação do Estado nos anos 1990 teve um impacto negativo na elaboração de políticas regionais, abandonadas em favor da valorização das áreas “mais competitivas” do país no sentido de atração dos investimentos, conforme lembra Sousa (2010). De fato, conforme Sousa (2010) e outros autores sublinham,<sup>15</sup> acerca dos anos

13 A década de 1990, conforme já comentado, foi marcada pelo crescimento econômico decepcionante e por declinantes taxas de investimento, o que por si só já representa uma situação negativa para a atividade industrial. Mas alguns pontos específicos devem ser destacados. Em primeiro lugar, a década iniciou-se com forte recessão do mercado interno (queda de 4,4% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1990, crescimento de apenas 1% em 1991 e nova queda, de 0,5%, em 1992), ao mesmo tempo que, também nos países desenvolvidos, ocorria uma profunda recessão, o que tolhia, para muitas empresas, a alternativa de compensar queda nas vendas internas com aumento de exportação. A abertura comercial que coincidiu com o início da década foi aprofundada depois da adoção do Plano Real, o qual ainda promoveu uma acentuada valorização cambial, ampliando as dificuldades da produção doméstica. Avaliando-se a década em seu conjunto, pode-se generalizar a afirmação de que as condições concretas de concorrência internacional foram bastante desvantajosas para as empresas que atuavam em mercado doméstico, que tinham que enfrentar, ao mesmo tempo, câmbio valorizado, juros elevados, retração de crédito, falta de política industrial e um banco de fomento – Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) – apenas preocupado em promover privatizações. Sobre esses temas, ver Cano (2008); Filgueiras (2006) e Dedecca (2005, 2003).

14 Além da já aludida perda de participação relativa de SP na renda nacional, podemos também lembrar que, entre 1995 e 2004, a participação do Rio Grande do Sul na renda nacional caiu de 8,3% para 8,1%, e a de Minas Gerais, no mesmo período, de 9,7% para 9,4%.

15 Pacheco (1998) e Cano (2008), embora com pontos

1990, a concorrência pela atração de investimentos passa cada vez mais a se assentar na “guerra fiscal” entre as unidades da federação e alguns municípios, o que acaba tendo um efeito deletério sobre as contas públicas, além de não representar uma forma de atrair, de forma sustentada e articulada, os volumes de investimentos requeridos para a redução das desigualdades regionais do país. Pior do que isso, desde os anos 1980 – e em especial durante os anos 1990 –, essa escalada da hegemonia neoliberal veio acompanhada de um crescimento da renda nacional que esteve abaixo da média histórica do Brasil. Os movimentos identificados em alguns estudos de redução da participação do PIB de São Paulo e de alguns entes federativos na renda nacional, nos anos 90, têm meros efeitos estatísticos e deveu-se muito mais ao fato de que as regiões mais industrializadas são sempre mais afetadas por políticas recessivas do que as demais. Dessa forma, eventuais ganhos de participação de regiões periféricas na renda nacional, quando esta está estagnada ou em declínio, não devem ser saudados como alvissareiros, pois não representam resultados apoiados em mudanças estruturais da distribuição espacial da atividade econômica nacional.

Nos anos mais recentes, o debate sobre desenvolvimento econômico no Brasil adquire novo fôlego, dadas as perspectivas de retomada do desenvolvimento econômico, com as descobertas do pré-sal e com os investimentos em infraestrutura relacionados ou não ao pré-sal e também a outras formas de desenvolvimentos energético, tema que também abre espaço para um debate acerca do desenvolvimento econômico. Ademais, a recente formalização do mercado de trabalho brasileiro, bem como os efeitos das políticas de transferência de renda, notadamente nas regiões periféricas do país, onde os efeitos dessas políticas são mais evidentes, também estimula uma nova discussão acerca do tema da distribuição de renda, incluindo aqui a distribuição regional da renda, dadas as elevadas assimetrias regionais ainda existentes no

---

de vista, metodologia e abordagens diferentes, destacam também os problemas advindos da “guerra fiscal” entre unidades da federação ao longo dos anos 1990.

espaço econômico nacional.<sup>16</sup> Também, indicadores recentes revelam uma importante mudança no mercado de trabalho, com a retomada de uma trajetória de formalização da ocupação, revertendo um processo de informalização que vinha ocorrendo desde, pelo menos, o ano de 1980. (IPEA, 2005).

Esta formalização progressiva deve ser vista como fruto do crescimento econômico sustentado que a economia brasileira vem ensaiando desde que a política econômica do governo Lula passou a adotar, a partir de 2004, e, com mais ênfase, de 2006 em diante, uma nova postura,<sup>17</sup> que permitiu que a economia brasileira tirasse melhor proveito da conjuntura internacional em expansão, com efeitos imediatos sobre o nível de emprego. Esta recuperação do nível de atividade econômica, já ensaiada no fim do primeiro mandato<sup>18</sup> de Lula, foi posteriormente impulsionada, no segundo mandato, por uma atuação fiscal mais expansionista do Estado brasileiro, pela ampliação de políticas sociais estruturantes e pela expansão do crédito – fatores que concorreram para fomentar um aumento significativo na geração de emprego formal, tanto na indústria quanto no setor terciário da economia.

Um dos resultados dessa nova postura em termos de política fiscal e creditícia foi a ampliação, de forma ainda mais acelerada do que a média nacional, do emprego formal nas regiões Norte e Nordeste, provavelmente, por causa dos efeitos indiretos da ampliação das políticas de transferência de renda sobre a formalização das ocupações. (CARDOSO JR., 2007).

---

16 Esse amplo conjunto de questões recentes acerca do desenvolvimento econômico brasileiro encontra-se discutido em artigos reunidos por Macambira e Carleial (2009).

17 Foi em 2004 que se iniciaram três movimentos importantes: a expansão do crédito, a ampliação das transferências do governo às famílias de baixa renda e a recuperação dos valores reais do salário mínimo. Esses três elementos foram os pilares da política fiscal do governo no segundo mandato, quando, inclusive, tiveram maior ênfase do que no primeiro.

18 Podemos situar no ano de 2006 o início de uma nova postura da política econômica, que adquire um caráter mais marcadamente “desenvolvimentista” (embora não totalmente apartado de aspectos neoliberais na definição da política econômica), em contraposição ao período anterior a ele, em que predominava uma visão “neoliberal”.

Na seção seguinte, pretende-se analisar as transformações econômicas ocorridas recentemente na região Nordeste, a partir de indicadores de evolução da participação regional na renda nacional total e setorial, como também de indicadores de mercado de trabalho e de distribuição de renda.

### 3 – ANÁLISE DOS RESULTADOS RECENTES<sup>19</sup>

Esta seção apresenta e discute dados que buscam investigar as evidências de que a economia da região Nordeste tenha demonstrado, nos anos recentes, um desempenho melhor do que a média nacional, quer seja pela evolução de sua participação relativa em algumas atividades econômicas selecionadas, quer seja pela trajetória de formalização e estruturação do mercado de trabalho regional, segundo alguns indicadores tradicionais. As atividades econômicas selecionadas são as aquelas mais afetadas direta ou indiretamente pelo desenvolvimento das atividades industriais.<sup>20</sup>

Uma primeira evidência da melhoria relativa da economia do Nordeste no âmbito nacional está descrita pelas informações das contas regionais, disponíveis até o ano de 2008, conforme a Tabela 1. Além de uma participação crescente do Nordeste no valor adicionado bruto do Brasil, entre 2004 e

2008, também houve uma importante ampliação da participação regional em alguns setores selecionados:<sup>21</sup> são os serviços industriais de utilidade pública, as atividades de comércio, as da administração pública e a construção civil. Em menor medida, também se deve sublinhar a ampliação – aparentemente modesta<sup>22</sup> – da participação relativa da indústria de transformação nordestina no valor adicionado por essas atividades no conjunto da economia brasileira. Tais resultados revelam-se especialmente alvissareiros quando se lembra que, no período 2004-2008, o PIB brasileiro trilhou uma trajetória ascendente (PIB e PIB *per capita* cresceram, em média, mais do que nos primeiros quatro anos do século e também significativamente mais do que nas décadas de 1980 e 1990); ou seja, a participação da região nordestina no PIB brasileiro e nas atividades econômicas selecionadas ocorreu em contexto de dinamismo da economia brasileira.

Com o intuito de qualificar o desempenho diferenciado da economia nordestina que parecem sugerir as informações da Tabela 1, são apresentados, na Tabela 2 seguinte, dados que descrevem a evolução, no período 1998-2008, de alguns indicadores de mercado de trabalho das grandes regiões brasileiras. Através das informações constantes da Tabela 2, pretende-se avaliar características distintivas da

19 Excetuadas a primeira e a última, todas as demais tabelas desta seção baseiam-se em dados retirados das PNADs e têm como marco temporal até o ano de 2008. Optou-se por não considerar o ano de 2009, uma vez que se tratou de um ano atípico, devido ao impacto da crise internacional no mercado de trabalho brasileiro. A inclusão desses dados poderia dificultar a interpretação das trajetórias tendenciais de mudanças de estrutura ocupacional avaliadas no estudo. Indicadores de 2010 também não foram incluídos, uma vez que não há PNAD nesse ano, pois se trata de ano de Censo. Os resultados do Censo, na forma detalhada que poderia contribuir para este estudo, ainda não estão disponíveis. No final desta seção, optou-se por incluir uma tabela organizada com base em dados da Pesquisa Industrial Anual do IBGE. Todas as tabelas foram concebidas e elaboradas pelos autores, no âmbito de sua atuação na Assessoria Técnica da Presidência do Ipea.

20 A literatura sobre o tema do desenvolvimento industrial é pródiga em destacar os efeitos que a expansão da atividade industrial tem sobre os demais setores da atividade econômica, destacando-se os efeitos encadeadores promovidos sobre segmentos que geram maior valor agregado dentro das atividades de serviços e outras atividades terciárias. Diversos autores que se dedicam ao tema da industrialização revelam que os ganhos de produtividade provocados pela expansão da atividade industrial geram demanda para outros setores (dentro e fora da indústria), permitindo a criação de novas atividades e/ou a expansão de atividades já existentes. Confira Kaldor (1960); Cohen e Zysman (1987) e Cruz e Santos (2009).

21 Essas atividades caracterizam-se ou por promover maiores ganhos de produtividade para o conjunto da atividade econômica (como a construção civil, que melhora a infraestrutura usufruída pela atividade empresarial, ou as atividades de administração pública tais quais aqui definidas, que melhoram a infraestrutura social) ou por denotar aquecimento do mercado interno da região, como as atividades comerciais.

22 De todo modo, deve-se registrar que, entre 2002 e 2008, também segundo as contas regionais do IBGE, a indústria de transformação nordestina cresceu 31,1%, enquanto, no conjunto do país, estas atividades cresciam 22,8%. O aumento modesto da participação, denotado pela Tabela 1, deve-se ao fato de que, em outras regiões e unidades da federação, a produção industrial cresceu significativamente. De todo modo, o dinamismo da economia nordestina em termos de comparação nacional também pode ser medido pelo fato de que, entre 2002 e 2008, algumas atividades econômicas atreladas ao desenvolvimento industrial, como os serviços prestados a empresas, e como as atividades do setor financeiro, cresceram bem acima da média nacional. No primeiro caso, 42,2% contra 37,9% da média nacional; no segundo caso, 51,7% contra 46% da média nacional. Nas atividades de transportes (não destacadas na Tabela 1), também o desempenho da economia nordestina superou ao da média nacional: crescimento de 29,4% contra 21,8% no período 2002-2008. Por fim, também é interessante destacar que o movimento recente da indústria de transformação nordestina se distingue do ocorrido nos anos 1990, quando a participação dessas atividades da economia nordestina dentro do conjunto da economia brasileira teve queda importante, conforme mostra Cano (2008).



**Tabela 1 – Participação da Região Nordeste no Total do Brasil em Termos de Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos por Atividades Econômicas Selecionadas 2004-2008**

Selecionadas	Atividades				
	2004	2005	2006	2007	2008
Total	13,0	13,3	13,3	13,3	13,5
Ind. Transformação	8,7	9,2	9,2	8,8	8,9
Construção Civil	15,4	17,2	16,8	17,1	17,0
SIUP (*)	18,6	18,4	18,5	18,4	20,6
Comércio e serviços de manutenção e reparação	13,5	14,2	13,8	14,4	14,5
Adm. pública (**)	18,0	18,5	18,9	18,8	19,0

Fonte: Elaboração própria dos autores com base nos dados do IBGE (2010).

(\*) Refere-se à produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana.

(\*\*) Inclui atividades de educação e saúde públicas e também seguridade social.

economia nordestina *vis-à-vis* às demais regiões e à economia brasileira em seu conjunto.

A Tabela 2 revela a evolução recente, medida em termos da taxa de crescimento médio anual, da população ocupada por condição de atividade e por posição na ocupação segundo as grandes regiões brasileiras entre 1998 e 2008, passando também pelos dados do ano de 2003. Quando se compara a evolução da população economicamente ativa e também a da população ocupada do Nordeste (quer seja entre os anos extremos, isto é, 1998 e 2008, ou nos subperíodos em que se inclui o ano de 2003) com os mesmos indicadores para as demais regiões ou para o total do país, pouco se percebe acerca de um comportamento diferenciado da região nordestina. Tomando-se uma comparação regional segundo posição na ocupação, porém, salta aos olhos a excelência do comportamento nordestino,<sup>23</sup> nomeadamente quando se percebe que, entre 1998 e 2008, houve, na região Nordeste, um crescimento médio anual de 5,4% nos vínculos empregatícios com carteira de trabalho assinada, contra 4,8% na média brasileira. Nos anos mais recentes em questão, ou seja, entre 2003 e 2008, as taxas foram ainda maiores (6,3% e 5,8%, respectivamente), o que revela, no caso brasileiro, um

comportamento que não se via desde os anos 1970 e, no caso nordestino, uma formalização do emprego em um ritmo que não aconteceu nem mesmo nos tempos do Milagre Econômico brasileiro, cujos êxitos – expressos em indicadores de mercado de trabalho – se concentraram mais na região Sudeste. Ou seja, sob a recente trajetória de formalização do mercado de trabalho brasileiro (a qual, por sua vez, inverteu um comportamento de desestruturação das relações de trabalho no Brasil que havia durado pelo menos 20 anos, conforme salientamos na introdução deste estudo), o comportamento do emprego formal (com carteira assinada) no Nordeste foi mais virtuoso ainda do que o da média nacional, chamando a atenção dos estudiosos do desenvolvimento econômico nordestino recente.

Outro extremo, em termos de qualidade de inserção no mercado de trabalho, confirma as evidências de excelência do comportamento da economia nordestina recente. No que se refere à trajetória das ocupações sem remuneração, o dado para a região Nordeste chama a atenção, pois, neste caso, houve uma queda média anual de cerca de 4,2% entre 1998 e 2008, dado sem dúvida bastante expressivo e ainda maior do que a queda na média nacional no mesmo período, que foi de 3,5%. Vale destacar que, no período mais recente, mostrado na Tabela 2, ou seja, entre 2003 e 2008, a queda média anual dessa forma de ocupação foi ainda maior (queda de 7,0% ao ano, em média, entre 2003 e 2008, no Nordeste, e de 5,6% no conjunto do Brasil).

<sup>23</sup> Sob diversos pontos de vista semelhantes aos que serão discutidos a seguir, também se poderia destacar a exuberância do desenvolvimento das Regiões Norte e Centro-Oeste nos anos recentes; entretanto, este estudo vai focar sua atenção no caso do Nordeste.

Esses dados parecem refletir, por um lado, uma mudança estrutural importante que tem acontecido na atividade econômica brasileira das últimas décadas, qual seja, a redução do peso relativo das atividades agrícolas, que concentram a maior parte dessa forma de ocupação; por outro lado, também parecem refletir a expansão dos programas de transferência de renda, notadamente os antecedentes do Programa Bolsa-família e o próprio, cuja abrangência intensificou-se justamente a partir do ano de 2003.<sup>24</sup> Deve-se destacar que, em todas as grandes regiões, exceto na região Norte, ocorreu esse fenômeno da queda do peso das ocupações sem remuneração, mas o movimento foi mais intenso justamente na região Nordeste, talvez porque esta concentre, ao mesmo tempo, a maior redução das atividades agrícolas e também a maior incidência de Bolsa-família.<sup>25</sup>

Outra forma precária de inserção no mercado de trabalho é a da auto-ocupação, ou trabalho por conta-própria. Esses trabalhadores também tiveram uma queda, que foi de cerca de 0,2% ao ano, em média, entre 2003 e 2008, na região Nordeste (ao mesmo tempo, na média nacional, houve um crescimento de cerca de 0,3% nessa mesma posição na ocupação) o que revela uma trajetória de estruturação do mercado de trabalho brasileiro e do nordestino, em particular. Também nessa forma de inserção no mercado de trabalho (a auto-ocupação), o indicador específico do Nordeste foi mais auspicioso do que a média nacional.

É preciso, então, a partir desses indicadores iniciais, analisar de forma mais detalhada esse movimento do

mercado de trabalho da região nordestina, que pode representar um primeiro passo no sentido de uma nova tendência do desenvolvimento econômico regional nos próximos anos. Os dados das Tabelas 3 e 4 revelam outras evidências de estruturação do mercado de trabalho nordestino nos anos mais recentes.

Antes de prosseguir, porém, devem ser destacados dois fatores distintivos da evolução regional da renda, nos anos recentes, em favor do mercado de trabalho da região Nordeste: (a) sua renda média cresceu mais que a média nacional; (b) seu perfil distributivo melhorou um pouco mais do que nas demais regiões.<sup>26</sup> Cabe investigar, a seguir, o conteúdo ocupacional que explica o desempenho comparativo da região Nordeste descrito pelos dados até aqui apresentados.

A Tabela 3 revela a evolução, entre 1998, 2003 e 2008, da composição ocupacional de três estratos de renda<sup>27</sup> definidos para a região Nordeste. As posições na ocupação selecionadas são as mesmas da Tabela 2 anterior, exceto as que não têm remuneração.

Levando-se em conta o conjunto dos ocupados da região Nordeste, constata-se o que os dados da Tabela 2 já haviam prenunciado: houve uma expansão contínua do peso relativo dos empregados com carteira assinada no período 1998 e 2008, como se pode constatar pela comparação entre esses dois anos extremos e também o ano de 2003. O peso do emprego com carteira na região Nordeste subiu

24 Sem contar que o aumento real do salário mínimo, ocorrido neste período, promoveu melhorias substanciais nos valores de outras formas de transferências, como as da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) e das próprias aposentadorias e pensões, impactando de forma mais significativa justamente as regiões menos desenvolvidas do país.

25 Outra maneira de abordar essa questão está presente na contribuição de Araújo e Lima (2010), em que os autores, a partir de uma análise comparativa da evolução da distribuição etária das pessoas ocupadas das regiões Nordeste e Sudeste, mostram que a redução da participação de ocupados entre 10 e 17 anos, ocorrida em ambas as regiões, entre 2002 e 2008 (período semelhante ao que estamos analisando), foi mais expressiva na região Nordeste, o que levou os autores a concluir que tal diferenciação deveu-se ao fato de que, naquela região (mais do que na Sudeste), o aumento da renda média do trabalho e também o efeito mais agudo das políticas públicas de transferência de renda acabaram provocando uma redução mais importante, na região menos desenvolvida, dos ocupados do setor informal da economia, no qual, por sua vez, as pessoas das faixas etárias aludidas estão concentradas.

26 Muitos trabalhos recentes têm chamado a atenção para estes fatos. Por restrição de espaço e também para destacar de forma mais organizada outros elementos próprios do processo de desenvolvimento recente, optamos por destacar apenas algumas informações neste rodapé, as quais foram retiradas do excelente estudo de Araújo e Lima (2010), no qual os autores mostram, entre outros dados, que, entre 2004 e 2008, caiu de 2,2 para 2,0 a relação entre a renda média do Sudeste e a do Nordeste, segundo dados da PNAD referentes ao rendimento médio real de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade. No mesmo estudo, os autores também apontam que a relação entre o índice de Gini do Nordeste e o do Sudeste caiu, entre 1993 e 2008, de 1,122 para 1,100 (cabe lembrar que as duas regiões (NE e SE), juntas, representam cerca de 70% do total do mercado de trabalho brasileiro). No que se refere à evolução recente dos respectivos PIBs *per capita* das regiões Nordeste e Sudeste, Sousa (2010) destaca uma trajetória um pouco melhor da região Nordeste em comparação com a região Sudeste, sublinhando, porém, prudente e corretamente, que as diferenças de renda entre as regiões ainda são importantes.

27 Um estrato que reúne 25% das pessoas de maiores rendimentos, outro estrato que reúne os 25% mais pobres da pirâmide distributiva e um estrato intermediário, com os demais 50% das pessoas ocupadas com rendimentos.

**Tabela 2 – Taxa de Crescimento da População Ocupada por Condições de Atividade e por Posição na Ocupação, segundo Grandes Regiões em 1998, 2003 e 2008**

Categorias selecionadas	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro Oeste		Total				
	2003/1998	2008/2003	2003/1998	2008/2003	2008/2003	2008/1998	2008/2003	2008/1998	2003/1998	2008/2003	2003/1998	2008/1998			
Condição de atividade	7,4	3,7	5,6	2,4	1,9	2,1	3,0	2,6	1,1	1,9	2,6	3,1	2,9	2,0	2,5
Condição de ocupação	7,3	4,4	5,8	2,1	2,0	2,1	2,8	2,8	1,5	2,1	2,6	3,5	2,8	2,5	2,7
economicamente ativa	5,6	4,2	4,9	2,5	1,8	2,1	1,0	0,8	2,3	1,9	3,6	1,1	1,9	1,5	1,7
Não economicamente ativa	8,9	-2,9	2,8	6,7	-1,1	2,8	4,2	-5,7	-5,2	-2,2	2,9	-0,6	4,5	-3,9	0,2
Ocupada	10,7	9,3	10,0	4,5	6,3	5,4	3,1	5,7	4,7	4,2	5,1	6,7	5,9	5,8	4,8
Desocupada	4,5	7,3	5,9	3,0	3,7	3,4	2,3	3,5	3,0	3,9	2,9	2,9	3,1	3,7	3,4
Empregado com carteira assinada	7,9	3,0	5,4	2,2	2,8	2,5	3,6	0,9	2,2	2,5	1,6	0,7	3,1	1,8	2,5
Funcionário público (estatutário + militar)	10,2	0,8	5,4	3,9	3,8	3,9	4,4	0,2	2,3	1,6	3,3	1,3	4,1	1,3	2,7
Empregado sem carteira assinada	5,4	2,4	3,9	1,6	-0,2	0,7	2,2	0,8	1,5	0,5	3,2	2,6	2,2	0,3	1,3
Empregado doméstico	10,4	5,9	8,2	3,0	5,7	4,3	3,0	2,7	2,8	4,2	1,8	6,2	3,3	4,1	3,7
Conta própria	4,1	-1,9	1,0	-1,2	-7,0	-4,2	-2,5	-2,4	-6,3	-4,0	-3,4	-3,3	-1,5	-5,6	-3,5
Empregador	0,7	-3,0	-1,2	1,4	7,8	4,5	2,1	-1,3	-4,0	0,3	-7,1	7,4	1,7	2,9	2,3
Não remunerado															
Trabalhador para o próprio consumo ou uso (construção)															

Fonte: Elaboração Própria dos Autores com base nos Dados do IBGE (1998, 2003, 2008).

de 20,17% do total de ocupados, em 1998, para 21,57%, em 2003 e, posteriormente, para 25,35%, em 2008. Nas colunas mais à direita da Tabela 2, percebe-se que esta foi a posição na ocupação cujo crescimento foi o maior nos anos selecionados (média anual de 5,4% entre 1998 e 2008 e 6,3% entre 2003 e 2008). Ao mesmo tempo, o peso relativo do emprego sem carteira e, principalmente, do trabalho por conta própria teve uma queda no período, também evidenciando a trajetória de formalização das relações de trabalho na região Nordeste no período de 10 anos, terminados em 2008. Analisando-se essa trajetória segundo os estratos de renda, podem ser tiradas conclusões adicionais.

Tomando-se o estrato dos 25% mais ricos (ou seja, o conjunto das pessoas cuja renda se concentra entre as 25% mais elevadas da pirâmide distributiva da região Nordeste), nota-se uma significativa ampliação do peso relativo dos assalariados formais, tendo saltado de 31,75%, em 1998, para 38,01% em 2008, ao mesmo tempo em que todas as demais formas de inserção ocupacional mantiveram-se com participação quase constante, exceto no caso dos trabalhadores por conta própria, cuja queda, portanto, foi praticamente toda compensada pela ampliação do peso do assalariamento formal.

No estrato de renda inferior, a já baixíssima parcela de empregados com carteira reduziu-se ainda mais entre 1998 e 2008, quando atingiu um percentual insignificante: 0,27%. Nesse estrato predominam as formas de trabalho típicas do subdesenvolvimento, a saber: o trabalho doméstico e o trabalho por conta própria, sem contar também o assalariamento informal (e ilegal). Dentre estas formas de ocupação, a que mais cresceu, entre 1998 e 2008, foi o trabalho doméstico (cujo rendimento médio, para este estrato, é cerca de 12% maior do que o rendimento médio do trabalho por conta própria, conforme veremos na Tabela 5, a seguir). Ou seja, entre 1998 e 2008, a forma de ocupação que mais cresceu na base da pirâmide distributiva nordestina foi aquela que, relativamente, entre as várias modalidades de trabalho precário, tem a situação de renda menos dramática, ou seja, o trabalho doméstico.

O fato de o emprego com carteira ter perdido peso relativo no estrato de renda mais baixo revela o

dinamismo adquirido por essa forma de ocupação, no contexto do recente crescimento econômico da região, o que permitiu ascensão social desses trabalhadores, que acabaram ocupando postos nos estratos mais elevados da pirâmide distributiva da região Nordeste. Basta verificar que, no estrato intermediário, aumentou expressivamente a presença dos trabalhadores com carteira, o que, mais uma vez, sinaliza um processo de estruturação do mercado de trabalho nordestino aos moldes do que ocorreu com o mercado de trabalho da região Sudeste nos anos da industrialização pesada brasileira (1955 a 1980).

Na Tabela 4, aparece a contribuição dos grupos de atividades nas mudanças ocorridas recentemente na atividade econômica nordestina. Esta Tabela 4 reúne dados referentes aos anos de 2003 e de 2008,<sup>28</sup> cruzando informações de posição na ocupação e setor de atividade, de tal forma que esses dados, assim organizados, tenham sua trajetória avaliada segundo sua composição nos três estratos de renda definidos. Ou seja, a Tabela 4 detalha, em termos do setor de atividade, a evolução do perfil da ocupação demonstrada nos três estratos de renda definidos na Tabela 3.

A Tabela 4 revela que, entre 2003 e 2008, caiu significativamente a participação das atividades agrícolas no mercado de trabalho nordestino, aumentando especialmente o peso das atividades de construção civil em todos os estratos de renda. O peso das atividades de indústria de transformação aumentou na base e no estrato intermediário da distribuição de renda, permanecendo quase igual no estrato de renda mais alta. Neste caso, porém, houve um aumento da participação do emprego com carteira assinada, tendo sido importante a contribuição das atividades industriais para a já revelada (na Tabela 3 anterior) ampliação da formalização do mercado de trabalho do estrato de renda mais alta do mercado de trabalho nordestino (aumento de 34,8% para 38,0% do peso do emprego com carteira assinada). Na maioria das demais

28 Não foi elaborada uma tabela com os dados do ano de 1998, pois houve uma mudança de classificação das atividades depois daquele ano, que impede uma comparação precisa com os dados das tabelas referentes a 2003 e a 2008.

**Tabela 3 – Composição da População Ocupada por Posição na Ocupação segundo Anos Selecionados no Nordeste**

Posição na Ocupação	Quantidade			Composição			Taxa de crescimento anual		
	1998*	2003**	2008	1998	2003	2008	1998/2003	2003/2008	1998/2008
25% mais pobres	Empregado com carteira assinada	0	0	0	1,09	0,27	-10,1	-10,5	-10,3
	Funcionário público	0	0	0	0,74	31,99	-23,1	2,8	2,1
	Empregado sem carteira assinada	0	0	0	35,10	16,55	1,3	4,6	6,8
25% mais ricos	25% mais pobre (renda igual ou inferior a R\$ 200,00)		25% mais pobre (renda igual ou inferior a R\$ 200,00)		11,52	16,55	9,1	4,6	6,8
	Média	Média	Média	51,03	53,54	49,96	5,2	0,4	2,8
	67	96	158	0,52	0,90	1,23	16,1	8,3	12,1
50%	Total	62	89	100,00	100,00	100,00	4,2	1,8	3,0
	Empregado com carteira assinada	0	0	0	31,75	38,01	5,3	6,2	5,7
	Funcionário público	0	0	0	17,14	17,41	3,4	4,6	4,0
Total	Empregado sem carteira assinada	0	0	0	11,49	12,15	4,3	4,5	4,4
	25% mais rico (renda igual ou superior a R\$ 600,00)		25% mais rico (renda igual ou superior a R\$ 600,00)		0,54	0,71	7,4	6,0	6,7
	Média	Média	Média	28,82	25,47	21,45	0,9	0,8	0,8
50%	723	838	1.274	10,26	9,85	10,27	2,5	5,2	3,9
	Total	920	1.187	100,00	100,00	100,00	3,4	4,3	3,9
	Empregado com carteira assinada	0	0	0	24,03	31,44	4,2	6,5	5,4
Total	Funcionário público	0	0	0	5,61	5,87	3,4	2,7	3,0
	Empregado sem carteira assinada	0	0	0	30,45	29,94	2,5	2,3	2,4
	50% (renda superior a R\$ 200,00 e inferior a R\$ 600,00)		50% (renda superior a R\$ 200,00 e inferior a R\$ 600,00)		8,45	7,50	-0,1	2,8	1,3
Média	Média	Média	30,09	28,44	23,54	1,2	-1,1	0,1	
177	262	442	1,37	1,39	1,72	2,7	7,1	4,9	
Total	171	263	443	100,00	100,00	100,00	2,4	2,7	2,6
Total	Empregado com carteira assinada	0	0	0	20,17	25,35	4,5	6,3	5,4
	Funcionário público	0	0	0	7,31	7,57	3,0	3,8	3,4
	Empregado sem carteira assinada	0	0	0	26,79	25,54	2,3	2,8	2,5
Total	Empregado doméstico		Total		7,21	7,92	4,1	3,8	4,0
	Conta própria	Média	Média	35,08	29,66	29,66	2,7	-0,1	1,3
	Empregador	395	501	3,42	3,96	3,96	3,3	5,8	4,5
Total	616	826	1.438	100,00	100,00	100,00	3,1	2,9	3,0

Fonte: Elaboração Própria dos Autores com base nos Dados do IBGE (1998, 2003, 2008).



atividades definidas pela Tabela 4, também houve crescente contribuição da modalidade de ocupação formalizada no estrato de renda mais elevada, denotando um processo generalizado de estruturação do mercado de trabalho nordestino no período.

Além da formalização crescente de atividades importantes posicionadas no estrato de mais altas rendas da região Nordeste, há outros indícios de estruturação do mercado de trabalho regional, conforme se percebe no aumento da participação das atividades industriais do estrato intermediário de renda, bem como no aumento do peso do assalariamento formal em cada uma das atividades mais importantes, o que resulta num aumento de 26,26% para 31,44%, entre 2003 e 2008, na participação do emprego com carteira neste estrato de renda.

Resta agora proceder a uma avaliação da evolução dos rendimentos médios reais segundo os estratos e por posição na ocupação, nos anos selecionados, para qualificar alguns movimentos da estrutura ocupacional e para tornar possível também avaliar melhor as movimentações de trabalhadores entre os estratos de renda.

A Tabela 5 mostra que, entre 1998 e 2003, houve uma queda generalizada do rendimento médio real, a qual foi totalmente revertida em todos os estratos, exceto no dos 25% mais ricos, no período subsequente (2003-2008). Essa recuperação foi mais nítida entre os funcionários públicos e também entre os empregados domésticos e os empregados sem carteira assinada, embora esses dois últimos casos refiram-se a ocupações caracterizadas por um baixo rendimento. Pode ser que a ampliação da abrangência e também dos valores reais dos programas de transferência de renda tenham, de alguma maneira, afetado o patamar desses rendimentos, que se situam na base do mercado de trabalho. Da mesma forma, o aumento do salário mínimo, embora se trate de ocupações informais, também deve ter tido algum efeito norteador sobre a determinação desses rendimentos, conforme mostra a literatura sobre setor informal no Brasil. (CACCIAMALI, 2000; CACCIAMALI, 1985, 1986; SOUZA, 1980).

O que também chama a atenção na evolução dos rendimentos é o fato de que, no estrato dos 25% mais pobres, a renda subiu mais do que no outro extremo da distribuição, o que sugere uma melhoria do perfil distributivo na região, notadamente depois de 2003.

A análise conjunta da evolução dos rendimentos médios por posição na ocupação nos diferentes estratos (Tabela 5) e da trajetória da composição ocupacional por estratos (Tabela 4) sugere que a base do mercado de trabalho teve uma elevação de sua renda, em contexto de aumento geral de peso relativo do emprego com carteira. Há evidências de que parte significativa dos empregados com carteira “migrou” para estratos superiores de renda, relegando ao estrato dos 25% mais pobres as suas tradicionais formas de ocupação, a saber: o emprego doméstico, cuja participação chegou até a ampliar-se nesse segmento de renda (ver, na Tabela 4, que houve aumento de participação de 14,4% para 16,6%) e as ocupações por conta própria em atividades de comércio e reparação e também em construção civil, bem como em serviços pessoais (e também em algumas poucas atividades de baixa produtividade da indústria de transformação). De todo modo, mesmo essas atividades de inserção mais precária no mercado de trabalho tiveram uma melhoria de renda, notadamente entre 2003 e 2008 (Tabela 5), na esteira do maior dinamismo vivenciado pelo mercado de trabalho brasileiro e do nordestino, em particular. Entre os ocupados dos estratos intermediários de renda, foi notório, entre 2003 e 2008, o crescimento da renda média em todas as posições na ocupação.

Por fim, uma análise conjunta do comportamento dos rendimentos médios (Tabela 5) e da composição ocupacional (Tabela 4) do estrato de renda mais elevada do mercado de trabalho nordestino revela expansão da presença do emprego assalariado com carteira, dos empregadores, e um crescimento modesto do peso do emprego público (ocupação, porém, cujo rendimento teve o melhor comportamento entre 2003 e 2008). Também nesse estrato de renda, pode-se verificar um ritmo acelerado de estruturação do mercado de trabalho nordestino, já que, também nele, houve aumento do emprego assalariado na indústria e no comércio organizado (formal).

**Tabela 4 – Composição, por Setor de Atividade e Posição na Ocupação, dos 25% Mais Pobres da População Ocupada com Rendimento do Trabalho Principal na Região Nordeste em 2003 e 2008**

Setor de Atividade	Empregado com carteira assinada		Funcionário público (estatutário + militar)		Empregado sem carteira assinada		Empregado doméstico		Conta própria		Empregador		Total
	2003	2008	2003	2008	2003	2008	2003	2008	2003	2008	2003	2008	
Indústria	0,07	0,03	-	-	14,27	12,41	-	-	26,75	22,77	0,75	0,95	41,84
Serviços industriais	0,01	-	-	-	0,11	0,13	-	-	0,09	0,07	-	0,00	0,21
Indústria de transformação	0,02	0,00	-	-	3,05	3,45	-	-	6,52	6,62	0,01	0,01	9,60
Construção	0,02	0,01	-	-	1,79	2,60	-	-	1,50	2,30	-	0,05	3,32
Reparo e manutenção	0,05	0,03	0,01	-	5,69	5,87	-	-	10,21	8,70	0,10	0,13	16,05
Comércio e alimentação	0,03	0,00	-	-	1,29	1,51	-	-	1,68	1,81	0,01	0,02	3,02
Transporte, armazenagem e comunicação	-	0,03	-	-	0,74	0,70	-	-	1,97	1,89	0,02	0,01	2,73
Administração pública	0,05	-	0,06	-	0,34	0,47	-	-	-	-	-	-	0,46
Serviços de saúde e sociais	0,21	0,15	0,09	-	1,47	1,51	-	-	0,75	0,82	0,02	-	2,53
Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-	14,43	16,55	-	-	-	-	14,43
Serviços coletivos, sociais e pessoais	0,05	0,01	-	-	1,17	2,25	-	-	3,13	3,48	-	0,04	4,35
Serviços	0,02	0,01	-	-	0,50	0,99	-	-	0,18	0,59	-	0,01	0,70
Atividades maldefinidas	-	-	-	-	0,02	0,10	-	-	0,75	0,93	-	-	0,77
<b>Total</b>	<b>0,52</b>	<b>0,27</b>	<b>0,16</b>	<b>-</b>	<b>30,44</b>	<b>31,99</b>	<b>14,43</b>	<b>16,55</b>	<b>53,54</b>	<b>49,96</b>	<b>0,90</b>	<b>1,23</b>	<b>100,00</b>

Composição dos 25% mais ricos da população ocupada com rendimento do trabalho principal no Nordeste em 2003 e 2008

Setor de Atividade	Empregado com carteira assinada		Funcionário público (estatutário + militar)		Empregado sem carteira assinada		Empregado doméstico		Conta própria		Empregador		Total
	2003	2008	2003	2008	2003	2008	2003	2008	2003	2008	2003	2008	
Indústria	1,35	1,66	0,02	-	0,64	0,57	-	-	4,18	2,63	1,70	1,08	7,90
Serviços industriais	1,45	1,31	0,32	0,36	0,09	0,04	-	-	0,06	0,06	0,00	0,01	1,93
Indústria de transformação	5,64	6,21	0,08	0,04	0,92	0,95	-	-	2,07	1,53	1,15	1,10	9,86
Construção	2,13	3,64	0,04	0,03	1,25	1,37	-	-	2,84	2,74	0,49	0,86	6,76
Reparo e manutenção	7,05	7,46	0,04	0,02	2,02	1,91	-	-	8,60	6,72	3,98	4,10	21,68
Comércio e alimentação	0,83	1,13	-	0,00	0,30	0,26	-	-	1,38	1,37	0,60	0,79	3,10
Transporte, armazenagem e comunicação	3,62	3,74	0,16	0,14	1,02	0,89	-	-	2,76	2,55	0,35	0,31	7,90

**Tabela 4 – Composição, por Setor de Atividade e Posição na Ocupação, dos 25% Mais Pobres da População Ocupada com Rendimento do Trabalho Principal na Região Nordeste em 2003 e 2008**

conclusão

Grupo de Atividade	Empregado com carteira assinada		Funcionário público (estatutário + militar)		Empregado sem carteira assinada		Empregado doméstico		Conta própria		Empregador		Total	
	2003	2008	2003	2008	2003	2008	2003	2008	2003	2008	2003	2008	2003	2008
Administração pública	1,61	1,15	8,45	8,47	1,77	1,96	-	-	-	-	-	-	11,83	11,59
Educação, saúde e serviços sociais	4,98	4,97	7,48	7,84	2,06	2,20	-	-	0,43	0,41	0,54	0,53	15,49	15,94
Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-	0,66	0,71	-	-	-	-	0,66	0,71
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,01	1,03	0,12	0,09	0,92	0,92	-	-	1,09	1,44	0,28	0,53	3,42	4,02
Outras atividades	5,12	5,70	0,45	0,40	1,04	1,07	-	-	2,02	1,97	0,77	0,97	9,39	10,10
Atividades maldefinidas	0,03	-	-	-	-	0,01	-	-	0,05	0,03	-	0,00	0,07	0,04
Total	34,81	38,01	17,17	17,41	12,03	12,15	0,66	0,71	25,47	21,45	9,85	10,27	100,00	100,00

Composição dos 50% da população ocupada com rendimento do trabalho principal no Nordeste em 2003 e 2008

Grupo de Atividade	Empregado com carteira assinada		Funcionário público (estatutário + militar)		Empregado sem carteira assinada		Empregado doméstico		Conta própria		Empregador		Total	
	2003	2008	2003	2008	2003	2008	2003	2008	2003	2008	2003	2008	2003	2008
Agrícola	3,44	3,29	-	-	9,95	7,42	-	-	10,54	6,79	0,64	0,57	24,57	18,08
Outras atividades industriais	0,22	0,29	0,05	0,03	0,19	0,20	-	-	0,22	0,07	-	0,01	0,68	0,60
Indústria de transformação	5,17	6,20	0,03	0,02	2,77	2,84	-	-	2,23	2,07	0,14	0,16	10,33	11,29
Construção	1,49	2,35	0,01	0,02	2,89	3,52	-	-	3,09	3,35	0,10	0,24	7,58	9,48
Comércio e reparação	5,52	7,42	0,02	0,03	4,74	5,01	-	-	7,24	5,94	0,28	0,45	17,80	18,85
Alojamento e alimentação	1,19	1,46	0,02	0,02	1,05	1,28	-	-	1,37	1,35	0,11	0,11	3,73	4,20
Transporte, armazenagem e comunicação	0,74	1,12	0,01	0,01	1,10	0,95	-	-	1,64	1,70	0,03	0,04	3,53	3,82
Administração pública	1,35	1,15	2,22	2,45	2,06	2,06	-	-	-	-	-	-	5,63	5,66
Educação, saúde e serviços sociais	3,55	3,59	3,35	3,19	3,42	3,81	-	-	0,22	0,26	0,05	0,03	10,59	10,88
Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-	7,47	7,50	-	-	-	-	7,47	7,50
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,90	0,94	0,13	0,10	1,34	1,51	-	-	1,23	1,37	0,02	0,05	3,62	3,97
Outras atividades	2,67	3,54	0,06	0,02	1,06	1,31	-	-	0,41	0,42	0,01	0,05	4,21	5,34
Atividades maldefinidas	0,01	0,07	-	-	0,01	0,04	-	-	0,25	0,21	-	-	0,27	0,32
Total	26,26	31,44	5,88	5,87	30,56	29,94	7,47	7,50	28,44	23,54	1,39	1,72	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria dos autores com base nos dados do IBGE (1998, 2003, 2008).

**Tabela 5 – Rendimento Médio Real do Trabalho Principal dos 10% Mais Bem Remunerados por Posição na Ocupação Segundo Anos Selecionados no Nordeste**

Posição na Ocupação		Rendimento médio			Taxa de crescimento anual		
		1998*	2003**	2008	1998/2003	2003/2008	1998/2008
10% mais ricos	Empregado com carteira assinada	2.649,15	2.040,68	2.456,33	-5,1	3,8	-0,8
	Funcionário público	3.000,52	2.198,50	2.890,07	-6,0	5,6	-0,4
	Empregado sem carteira assinada	2.659,90	2.105,36	2.528,07	-4,6	3,7	-0,5
	Empregado doméstico	1.463,36	1.474,81	1.487,56	0,2	0,2	0,2
	Conta própria	2.444,18	1.973,30	2.260,80	-4,2	2,8	-0,8
	Empregador	4.107,95	3.136,98	3.833,72	-5,3	4,1	-0,7
	Total	2.942,12	2.261,75	2.788,94	-5,1	4,3	-0,5

Fonte: Elaboração própria dos autores com base nos dados do IBGE (1998, 2003, 2008).

Ainda no que concerne ao comportamento dos rendimentos, os dados da Tabela 5 sugerem uma redução na desigualdade de renda na região, especialmente depois de 2003. A Tabela 6 apresenta informações que parecem confirmar essa realidade. Tomando diversos indicadores de diferença de renda por estratos, bem como a parcela da renda apropriada pelo 1% mais rico da pirâmide distributiva e, ainda, o índice de Gini, pode-se perceber que, entre 1995 e 2008, passando pelos dados de 2003, a acentuada desigualdade de renda na região Nordeste parece ter diminuído um pouco, nos anos mais recentes, tanto na região em seu conjunto quanto também em seus três estados mais importantes economicamente. Estes resultados estão em acordo com estudos recentes que apontam uma melhoria do perfil distributivo na economia brasileira nos anos mais recentes. (IPEA, 2005). Os dados são muito claros ao indicar que, na Região Nordeste, historicamente marcada por elevadíssima concentração de renda (até mesmo para padrões brasileiros), está em curso um processo de redução da desigualdade de renda do trabalho. Não é implausível imaginar que este fenômeno esteja, de alguma forma, ligado ao processo de ampliação do peso da indústria e das atividades que se instalam por causa do próprio desenvolvimento industrial, e que também esteja relacionado ao aumento do grau de formalização da mão de obra e conseqüente redução das ocupações precárias tradicionalmente existentes, em grande volume absoluto e relativo, no espaço ocupacional da região.<sup>29</sup>

**Tabela 6 – Índices de Desigualdade no Nordeste e Estados Selecionados**

Região	Indicador de Desigualdade	1995	2003	2008
Nordeste	10/10 (a)	61,01	55,82	47,02
	10/40 (b)	22,91	20,63	17,76
	20/20 (c)	23,93	22,10	19,04
	1% (d)	16,31	15,29	14,32
	Gini (e)	0,60	0,58	0,56
Bahia	10/10 (a)	56,72	55,72	48,10
	10/40 (b)	23,09	21,27	17,99
	20/20 (c)	23,25	22,16	19,52
	1% (d)	17,95	16,23	14,21
	Gini (e)	0,60	0,59	0,56
Pernambuco	10/10 (a)	46,27	67,04	50,46
	10/40 (b)	19,16	21,41	18,55
	20/20 (c)	19,42	23,97	19,76
	1% (d)	13,15	14,98	15,11
	Gini (e)	0,57	0,59	0,56
Ceará	10/10 (a)	68,15	52,63	34,81
	10/40 (b)	24,74	18,85	15,78
	20/20 (c)	25,96	20,55	15,98
	1% (d)	16,80	13,93	13,36
	Gini (e)	0,62	0,57	0,54

Fonte: Elaboração própria dos autores com base nos dados do IBGE (1998, 2003, 2008) e Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade.

O fenômeno da formalização do mercado de trabalho nordestino também pode ser confirmado pela evolução da composição ocupacional do estrato dos 10% mais ricos, com queda pronunciada da

<sup>29</sup> Ipea (2005) e Cardoso Jr. (2007) estão entre os trabalhos que têm destacado o papel que a formalização do emprego tem sobre

o perfil distributivo, notadamente em uma sociedade como a brasileira, marcada por um mercado de trabalho heterogêneo.

**Tabela 7 – Quantidade de Pessoas Ocupadas e Composição da População, 10% Mais Bem Remunerada por Posição na Ocupação segundo Anos Selecionados no Nordeste**

Posição na Ocupação		Composição			Taxa de crescimento anual		
		1998	2003	2008	1998/2003	2003/2008	1998/2008
10% mais ricos	Empregado com carteira assinada	29,20	28,03	29,75	2,6	5,2	3,9
	Funcionário público	20,46	24,25	25,77	7,0	5,3	6,1
	Empregado sem carteira assinada	7,75	8,72	9,21	5,9	5,1	5,5
	Empregado doméstico	0,09	0,02	0,08	-20,5	31,1	2,1
	Conta-própria	23,96	21,47	17,15	1,2	-0,6	0,3
	Empregador	18,54	17,49	18,04	2,2	4,6	3,4
	Total	100,00	100,00	100,00	3,4	4,0	3,7

Fonte: Elaboração Própria dos autores com base nos dados do IBGE (1998, 2003, 2008).

participação dos trabalhadores por conta própria dentro desse segmento privilegiado do espectro distributivo da região, com contrapartida de um aumento no peso relativo do emprego com carteira e dos funcionários públicos. (Tabela 7). No caso dos empregados com carteira, dados que foram retirados das PNADs (mas que não estão presentes neste estudo, dada a restrição de espaço para a redação) revelam que os setores que mais contribuíram para esta expansão foram a construção civil e a indústria de transformação – atividades que provocam dinamismo de toda a atividade econômica, promovendo ganhos de produtividade no conjunto da economia. Essas mudanças na composição ocupacional do estrato composto pelos 10% dos ocupados de rendas mais altas representam mais um elemento de estruturação do mercado de trabalho nordestino nos anos recentes.

O comportamento dos rendimentos desse grupo de renda mostra que os “ricos” do Nordeste já não são apenas “os mesmos de sempre” (empregadores, profissionais liberais autônomos que surgem nos dados como “trabalhadores por conta própria”<sup>30</sup> e alguns funcionários públicos “privilegiados”), mas incluem, cada vez mais, empregados assalariados do setor privado em diversas atividades,<sup>31</sup> o que configura

uma tendência de estruturação do mercado de trabalho nordestino, repetindo, em certa medida, trajetória semelhante à vivenciada pela região Sudeste enquanto o Brasil adentrava a fase da industrialização pesada desde os anos 1950, culminando com a época do “milagre econômico” e a do II PND, último esforço de industrialização conduzido pelo Estado brasileiro. Na Tabela 8, percebe-se que o rendimento médio do empregado com carteira assinada teve um crescimento próximo da média do estrato no período 2003-2008.

A seguir, avaliamos a evolução da composição das ocupações no mercado de trabalho nordestino a partir de uma taxonomia definida neste estudo. Foram definidas quinze categorias ocupacionais (ou classes ocupacionais) a partir da agregação de 49 ocupações avaliadas pelas PNADs. As Tabelas 9, 10 e 11, a seguir, revelam a evolução, entre 2002 e 2008, da estrutura ocupacional segundo as 15 categorias ocupacionais definidas,<sup>32</sup> levando-se em

---

relativamente abrangente, em termos de setores de atividade, do emprego assalariado com carteira para o estrato dos 10% de rendas mais elevadas da Região Nordeste.

32 Nas Tabelas 9, 10 e 11, as categorias (ou classes ocupacionais) são as seguintes: CLASSE OCUPACIONAL 1: inclui militares das três armas, policiais de todas as esferas e bombeiros. CLASSE OCUPACIONAL 2: inclui membros superiores e dirigentes do poder público; dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público) e gerentes. Comentário: a maior parte desses profissionais possui nível superior, mas há uma significativa proporção também de pessoas de nível médio, especialmente no setor privado. CLASSE OCUPACIONAL 3: inclui profissionais policientíficos; profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia; técnicos polivalentes; técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins; técnicos de nível médio em serviços de transporte. Comentário: inclui profissionais qualificados das áreas produtivas de

30 Neste caso, ao contrário das demais faixas de rendimentos analisadas, esta forma de inserção no mercado de trabalho não revela precariedade, mas uma opção por trabalhar como profissional liberal, auferindo rendimentos que, muitas vezes, superam, com folga, os rendimentos provenientes de trabalho assalariado de integrantes desse mesmo estrato de renda.

31 Dados que deram origem a esta tabela revelam um aumento



**Tabela 8 – Rendimento Médio Real do Trabalho Principal dos 10% Mais Bem Remunerados por Posição na Ocupação segundo Anos Selecionados no Nordeste**

Posição na Ocupação		Rendimento médio			Taxa de crescimento anual		
		1998*	2003**	2008	1998/2003	2003/2008	1998/2008
10% mais ricos	Empregado com carteira assinada	2.649,15	2.040,68	2.456,33	-5,1	3,8	-0,8
	Funcionário público	3.000,52	2.198,50	2.890,07	-6,0	5,6	-0,4
	Empregado sem carteira assinada	2.659,90	2.105,36	2.528,07	-4,6	3,7	-0,5
	Empregado doméstico	1.463,36	1.474,81	1.487,56	0,2	0,2	0,2
	Conta própria	2.444,18	1.973,30	2.260,80	-4,2	2,8	-0,8
	Empregador	4.107,95	3.136,98	3.833,72	-5,3	4,1	-0,7
	Total	2.942,12	2.261,75	2.788,94	-5,1	4,3	-0,5

Fonte: Elaboração própria dos autores com base nos dados do IBGE (1998, 2003, 2008).

empresas. Os técnicos, em sua maioria, têm nível de escolaridade médio completo, mas os profissionais têm formação superior completa. CLASSE OCUPACIONAL 4: inclui profissionais e técnicos de ciências biológicas, bioquímicas, de saúde e afins. Comentário: retrata as atividades da área de saúde de forma ampliada. Os profissionais têm nível superior e os técnicos têm nível médio ou superior incompleto. CLASSE OCUPACIONAL 5: inclui os profissionais de ensino com formação de nível superior. CLASSE OCUPACIONAL 6: inclui profissionais das ciências jurídicas e profissionais das ciências sociais e humanas. Comentário: profissionais de nível superior que atuam, na maior parte dos casos, em empresas de serviços ou em escritórios; também no setor público, em alguns casos. CLASSE OCUPACIONAL 7: inclui apenas os professores leigos e de nível médio. Comentário: função bem definida da área do ensino. CLASSE OCUPACIONAL 8: inclui comunicadores, artistas, religiosos (ocupação 15 na PNAD); e também técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos (ocupação 22). Comentário: os respectivos dois grupos já vêm agregados dessa forma na PNAD. A decisão de reuni-los na mesma classe ocupacional deve-se ao fato de que atuam em uma área que se pode definir, de forma mais ampla, como a área de produção ou execução de atividades culturais. Existe uma elevada heterogeneidade do ponto de vista da formação escolar neste grupo, mas predominam, ligeiramente, profissionais de nível médio; proporções semelhantes dos dois extremos, ou seja, superior e fundamental. CLASSE OCUPACIONAL 9: inclui técnicos de nível médio nas ciências administrativas e outros técnicos de nível médio. Comentário: embora estes profissionais estejam presentes em uma quantidade bastante diversificada de setores de atividades, suas funções são semelhantes e sua formação escolar geralmente tem nível médio; segue uma razoável proporção de profissionais de nível fundamental completo. CLASSE OCUPACIONAL 10: inclui escriturários e trabalhadores de atendimento ao público. Comentário: embora atuem em uma heterogênea gama de setores de atividade, suas funções são semelhantes e têm uma marcante predominância (cerca de 65%) de profissionais com nível de escolaridade médio. CLASSE OCUPACIONAL 11: inclui os trabalhadores dos serviços. Comentário: dada a natureza bem definida das atividades, bem como a dimensão desse grupo ocupacional, justifica-se deixá-lo idêntico ao original, conformando uma classe ocupacional sozinha. CLASSE OCUPACIONAL 12: inclui vendedores e prestadores de serviço do comércio. Comentário: idêntico ao anterior. CLASSE OCUPACIONAL 13: inclui produtores na exploração agropecuária; trabalhadores na exploração agropecuária; pescadores, caçadores e extrativistas florestais; trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal e trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil. CLASSE OCUPACIONAL 14: inclui trabalhadores da transformação de metais e de compósitos; trabalhadores da fabricação

conta os três estados de maior economia da região Nordeste.<sup>33</sup>

Nas três Tabelas 9, 10 e 11 mencionadas, as categorias ocupacionais que mais cresceram no período considerado foram as classificadas como categoria 4, categoria 5, categoria 8 e categoria 10, sendo também importante o crescimento da categoria 9 na Bahia e em Pernambuco, da categoria 2 no Ceará e da categoria 3 na Bahia. Destaca-se também o crescimento da categoria 14, que reúne uma quantidade expressiva de trabalhadores ligados a atividades industriais e que teve uma variação percentual (entre 2002 e 2008) menor do que muitas

e instalação eletroeletrônica; montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais; joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins; trabalhadores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas; trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário; trabalhadores de funções transversais; trabalhadores das indústrias de processos contínuos e outras indústrias; trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção; trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose, papel, papelão e artefatos; trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo; operadores de instalações de produção e distribuição de energia, utilidades, captação, tratamento e distribuição de água; outros trabalhadores elementares industriais; trabalhadores de reparação e manutenção mecânica; polimantenedores; outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação. Comentário: profissionais do setor produtivo, sendo que cerca de 40% deles têm formação fundamental incompleta e mais uns 30% com formação fundamental completa; os demais, com nível médio. CLASSE OCUPACIONAL 15: ocupações mal-definidas. Na classificação original, ocupação 49.

33 Infelizmente, não há espaço para colocar dados dos seis demais estados nordestinos, nos quais, diga-se de passagem, não difere muito o cenário escrito pelos três principais estados. De todo modo, deve-se destacar que os três estados aqui selecionados representam cerca de dois terços do conjunto da economia da região.

outras categorias, mas que, dada a própria dimensão dos ocupados nessa classe ocupacional, acabaram tendo um considerável crescimento, em termos de pontos percentuais, na sua participação no conjunto da população ocupada.

A categoria 4 reúne profissionais de nível superior e técnicos de nível médio na área de saúde, de bioquímica e correlatas; a categoria 5 reúne profissionais de ensino de nível superior, de todas as áreas; a categoria 8 reúne um heterogêneo grupo de profissionais da área de produção e execução de atividades culturais, entre os quais predominam trabalhadores de nível médio, mas que exercem atividades laborais bastante específicas e qualificadas do ponto de vista do consumo de serviços; a categoria 10 reúne uma ampla e variada gama de profissionais de nível médio do setor de serviços entre os quais se destacam os de atendimento ao público. No caso da categoria 9, destacam-se técnicos de nível médio da área administrativa,

ocupação cuja expansão denota ampliação do número de empresas em diversas áreas de atividade. Por fim, é muito importante destacar e interpretar a expansão da categoria ocupacional 14, que reúne uma diversa gama de trabalhadores ligados a atividades industriais (ver rodapé que descreve o conteúdo das classes ocupacionais aqui definidas), muitos dos quais com nível médio e outros com formação fundamental completa; porém, todos ligados a atividades produtivas do setor secundário da atividade econômica, o que referenda a expansão verificada nos dados de emprego setorial e de posição na ocupação descritos nas Tabelas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 anteriores deste estudo. Nos três estados, o crescimento das ocupações de atividades industriais (categoria 14, principalmente), bem como a diversa gama de atividades de formação técnica reunida em outras categorias ocupacionais teve um crescimento acima da média do conjunto das ocupações, revelando também um processo de mudança estrutural do espaço ocupacional nordestino nos anos recentes.

**Tabela 9 – Distribuição da População Ocupada, Crescimento Total e em Pontos Percentuais por Categorias Ocupacionais Selecionadas entre 2002 e 2008 – Estado da Bahia**

BAHIA				
CATEGORIAS	2002	2008	Crescimento total entre 2002 e 2008	Crescimento em pontos percentuais
Categoria 1	0,4	0,4	8,4	-0,02
Categoria 2	3,7	3,1	-4,0	-0,59
Categoria 3	1,0	1,2	40,4	0,23
Categoria 4	1,0	1,3	44,2	0,26
Categoria 5	0,9	1,5	91,5	0,61
Categoria 6	0,7	0,7	12,9	-0,01
Categoria 7	2,8	2,1	-13,3	-0,67
Categoria 8	0,9	1,3	69,4	0,41
Categoria 9	1,8	2,0	27,1	0,21
Categoria 10	4,9	6,6	55,0	1,74
Categoria 11	16,5	18,3	26,9	1,84
Categoria 12	9,7	9,4	11,1	-0,26
Categoria 13	44,9	40,1	2,1	-4,76
Categoria 14	10,8	12,0	26,7	1,19
Categoria 15	0,2	0,0	0,0	-0,16
Total	100,0	100,0	14,2	0,00

Fonte: Elaboração Própria dos Autores com base nos Dados do IBGE (1998, 2003, 2008).

**Tabela 10 – Distribuição da População Ocupada, Crescimento Total e em Pontos Percentuais por Categorias Ocupacionais Seleccionadas entre 2002 e 2008 – Estado de Pernambuco**

PERNAMBUCO				
CATEGORIAS	2002	2008	Crescimento total entre 2002 e 2008	Crescimento em pontos percentuais
Categoria 1	0,8	0,6	-18,6	-0,20
Categoria 2	3,8	3,9	10,6	0,14
Categoria 3	1,2	1,2	3,7	-0,03
Categoria 4	1,4	1,8	37,3	0,40
Categoria 5	1,5	2,1	55,2	0,67
Categoria 6	1,1	1,0	3,4	-0,03
Categoria 7	2,1	1,7	-11,9	-0,37
Categoria 8	1,2	1,5	34,1	0,31
Categoria 9	1,9	2,4	39,7	0,58
Categoria 10	5,8	7,3	35,2	1,54
Categoria 11	18,4	19,0	10,1	0,58
Categoria 12	11,9	11,0	-0,8	-0,84
Categoria 13	36,2	33,2	-2,1	-2,99
Categoria 14	12,4	13,1	12,7	0,70
Categoria 15	0,5	0,0	0,0	-0,45
Total	100,0	100,0	6,7	0,00

Fonte: Elaboração Própria dos Autores com base nos Dados do IBGE (1998, 2003, 2008).

**Tabela 11 – Distribuição da População Ocupada, Crescimento Total e em Pontos Percentuais por Categorias Ocupacionais Seleccionadas entre 2002 e 2008 – Estado do Ceará**

CEARÁ				
CATEGORIAS	2002	2008	Crescimento total entre 2002 e 2008	Crescimento em pontos percentuais
Categoria 1	0,3	0,3	50,1	0,07
Categoria 2	2,5	3,6	68,9	1,03
Categoria 3	1,2	1,1	18,5	-0,02
Categoria 4	0,8	1,4	121,1	0,65
Categoria 5	2,0	2,1	30,9	0,18
Categoria 6	0,7	0,7	20,4	0,00
Categoria 7	1,7	1,2	-17,8	-0,55
Categoria 8	1,3	1,3	26,3	0,06
Categoria 9	2,3	1,9	-2,9	-0,44
Categoria 10	5,0	6,0	43,9	1,00
Categoria 11	16,9	19,0	34,7	2,06
Categoria 12	11,5	11,1	16,4	-0,36
Categoria 13	36,7	32,2	5,4	-4,49
Categoria 14	17,0	18,0	27,3	1,02
Categoria 15	0,2	0,0	0,0	-0,22
Total	100,0	100,0	20,1	0,00

Fonte: Elaboração Própria dos Autores com base nos Dados do IBGE (1998, 2003, 2008).

**Tabela 12 – Evolução da Participação de Cada Setor da Indústria no Conjunto do Valor de Transformação Industrial por Estado e no Conjunto da Região Nordeste**

Unidade da Federação	Bens de Consumo Não-Duráveis					
	1996	2000	2002	2004	2006	2007
Alagoas	47	60	67	57	73	72
Bahia	23	16	18	20	13	14
Ceará	76	80	75	72	63	68
Maranhão	27	17	19	10	16	16
Paraíba	61	70	62	62	63	64
Pernambuco	55	43	45	48	54	46
Piauí	87	71	69	78	75	74
Rio Grande do Norte	78	83	81	76	75	75
Sergipe	74	43	43	42	47	54
Total geral	47	38	38	37	33	34
	Bens Intermediários					
	1996	2000	2002	2004	2006	2007
Alagoas	52	39	31	41	25	26
Bahia	72	77	74	70	74	73
Ceará	17	15	19	22	30	25
Maranhão	73	83	81	89	84	83
Paraíba	39	29	37	37	36	34
Pernambuco	35	46	45	45	36	43
Piauí	12	22	26	21	23	23
Rio Grande do Norte	19	14	16	19	18	19
Sergipe	26	51	54	55	48	40
Total geral	47	55	55	56	57	57
	Bens de Consumo Duráveis e Bens de Capital					
	1996	2000	2002	2004	2006	2007
Alagoas	1	1	1	1	2	2
Bahia	5	7	8	11	14	12
Ceará	7	5	6	6	6	7
Maranhão	1	1	1	0	1	1
Paraíba	1	2	1	1	2	2
Pernambuco	11	10	10	8	10	11
Piauí	1	7	5	1	3	3
Rio Grande do Norte	3	2	3	5	7	6
Sergipe	1	6	2	3	5	5
Total geral	6	6	7	8	10	10

Fonte: Elaboração Própria dos Autores a partir dos Dados do IBGE (19--).

Por fim, a Tabela 12 reúne informações da composição da atividade industrial, cuja interpretação também permite avaliar a consistência das recentes transformações ocorridas na estrutura produtiva da região Nordeste. A evolução do conteúdo das atividades industriais sinaliza as possibilidades de evolução dos ganhos de produtividade nos próximos anos, abrindo espaço para uma melhoria do padrão distributivo e para o dinamismo do mercado de trabalho da região, dada a importância estratégica que as atividades industriais têm para o conjunto da atividade econômica. Os dados foram retirados da Pesquisa Industrial Anual (PIA), do IBGE, apenas até o ano

de 2007, partindo de 1996 nas tabelas da PIA para permitir uma comparação razoável de sua evolução.

Os dados da Tabela 12 revelam primeiramente um salto na participação relativa das atividades de produção de bens intermediários, notadamente na virada do século. A seguir, houve um movimento – mais modesto – de ampliação do peso relativo das atividades de produção de bens de consumo duráveis e de bens de capital, entre 2004 e 2007. Esses movimentos, porém, ainda não foram significativos a ponto de superar a característica industrial da região, dominada pelos setores de bens intermediários e de

bens de consumo não-duráveis, relegando ao setor de maior valor agregado (duráveis e bens de capital) um peso de apenas 10% do valor adicionado industrial.

De todo modo, não se pode desprezar a ocorrida ampliação do peso das atividades de maior valor agregado na estrutura industrial da região Nordeste, algo que já havia sido prenunciado pelos indicadores de mercado de trabalho, notadamente os relacionados às ocupações definidas na Tabela 12, e também a crescente formalização das atividades industriais. O crescimento da importância relativa dos segmentos de maior valor agregado dentro das atividades industriais não é importante apenas por si só, mas também pelo efeito induzido sobre outras atividades também de maior valor agregado do setor de serviços, alterando o perfil ocupacional e setorial das atividades do terciário nordestino.<sup>34</sup> Desta forma, tanto a ampliação do peso de atividades industriais, que, por suas características,<sup>35</sup> reúnem maior peso relativo de empregados com carteira e com salários superiores à média histórica do Nordeste, como também a geração de segmentos do setor terciário, que promovem maior valor adicionado para o conjunto da economia regional (os quais ostentam maior ligação com as atividades industriais, como, por exemplo, os serviços financeiros, os serviços de transportes e comunicações, e os serviços de apoio às atividades empresariais) colaboram para

34 Silva (2009) mostra que o setor de serviços da região Nordeste é ainda muito concentrado em atividades de serviços que agregam relativamente menos valor, como os serviços distributivos (o que inclui atividades como reparação e conservação de veículos e objetos pessoais, bem como serviços de transportes e armazenagem), serviços sociais ou coletivos (que incluem, especialmente, administração pública e serviços mercantis de educação e saúde) e serviços pessoais (que incluem serviços domésticos, principalmente, mas também atividades de alojamento e alimentação), e menos concentrado em serviços que agregam mais valor, ou seja, os chamados serviços produtivos (e complementares da atividade produtiva), como, por exemplo, as atividades imobiliárias, os serviços financeiros e as atividades de comunicações, além de todas as demais de apoio à atividade empresarial. Dentre todos os tipos de serviços, os que possuem menor percentual de ocupações formalizadas são justamente os que estão relativamente mais presentes na região nordestina (exceto no caso dos serviços sociais, que apresentam um elevado peso de ocupações formalizadas). A literatura sobre o desenvolvimento das atividades de serviços revela que o perfil delas tende a se alterar à medida que uma economia ou uma região passe a atrair setores manufatureiros e demais atividades (como construção civil, por exemplo) que exijam a ampliação dos serviços que lhes dão apoio ou que lhes sejam complementares.

35 Como ocorre com as empresas do setor industrial que produzem bens de consumo duráveis, bens de capital e mesmo as de bens intermediários.

promover uma contínua estruturação do mercado de trabalho nordestino.

Os dados apontados acima, porém, chamam a atenção para o fato de que não só o aumento da participação das atividades industriais dos setores de bens de capital e de bens duráveis de consumo, embora não-desprezível, é pouco significativo ainda, como também — e mais importante — é pouco homogêneo dentro da própria região, pois mais concentrado nos estados da Bahia, principalmente, e Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe (pelo menos, quando se analisa a evolução entre 2004 e 2007).<sup>36</sup>

Além do mais, o cenário da atividade industrial do Nordeste — descrito pela desagregação definida pela Tabela 12 — ainda é de uma estrutura produtiva pouco dinâmica e muito dependente de uma complementaridade com as atividades industriais da região Sudeste.

A seguir, vamos tecer algumas considerações finais, à luz dos resultados e evidências analisados acima, levando em conta também os ensinamentos da história do desenvolvimento econômico do Brasil.

## 4 – CONCLUSÕES

Há diversas evidências de que esteja em curso uma mudança virtuosa no desenvolvimento econômico do Nordeste e elas não se resumem ao fato de que a participação do PIB nordestino no PIB brasileiro, bem como no PIB setorial de alguns setores específicos, esteja aumentando nos anos mais recentes, especialmente desde 2003. Os dados também revelam um processo de formalização do mercado de trabalho nordestino a um ritmo ainda superior ao que vem caracterizando o mesmo fenômeno, tomando-se o conjunto do mercado de trabalho brasileiro.

36 Infelizmente, ainda não há dados mais recentes da PIA-IBGE. Os estudos de investimentos recentes e os programados para o futuro próximo, porém, permitem supor que os estados maiores da região (Pernambuco, Bahia e Ceará) têm sido os mais beneficiados entre 2007 e 2010, bem como para os próximos anos. De todo modo, deve-se sempre ter em conta que a região nordestina é bastante heterogênea, conforme ensina Araújo (1995). Para uma avaliação das perspectivas de distribuição regional da renda nos próximos anos, ver: Lemos (2009), especialmente as páginas 152 a 154.



Deve-se frisar também que a expansão do peso da economia nordestina na economia nacional tem ocorrido em uma época em que a própria economia nacional está em uma senda de crescimento; ou seja, o aumento do peso do Nordeste na renda nacional não tem ocorrido – conforme em alguns momentos das últimas décadas do século XX – em contexto marcado principalmente pelo esvaziamento da economia dos centros mais dinâmicos do país.<sup>37</sup>

A estruturação do mercado de trabalho nordestino não se mede simplesmente pelo fato de que tem aumentado o peso do emprego formal no conjunto de suas ocupações, mas que este aumento tem ocorrido em todos os estratos de renda e de forma setorialmente generalizada. Ainda é necessário que sejam criados mais postos de trabalho na indústria de transformação para que este processo se robusteça, promovendo seus efeitos positivos sobre as demais camadas da atividade econômica, conforme mostra a literatura sobre desenvolvimento capitalista e em especial conforme revelou o processo de industrialização brasileiro. A progressiva instalação de setores de atividade de produtividade maior do que a média das atividades já instaladas é um elemento fundamental para promover maior estruturação do mercado de trabalho regional e é neste sentido que reside o maior desafio para que a região, de fato, consolide uma nova tendência de desenvolvimento econômico nos próximos anos.

Os dados do curto período entre 2003 e 2008 mostraram um quadro que pode significar uma mudança no tradicional quadro da sociedade nordestina, na qual os ricos e a classe média mais abastada eram representados em sua maior parte por empregadores (do campo e das atividades urbanas) e funcionários públicos mais graduados. Cada vez mais, os estratos de altas rendas incluem trabalhadores assalariados de atividades que pagam

bons salários, como as atividades industriais e muitas outras direta ou indiretamente relacionadas a elas, tais quais os serviços financeiros, os serviços de maior produtividade (em suas diversas atividades) e também as atividades comerciais mais organizadas e oligopolizadas. Estas mudanças, para se tornarem mais consistentes, dependerão da instalação, na região Nordeste, de setores industriais de maior valor agregado e também de um ritmo crescente de investimentos em infraestrutura, não apenas para atrair os investimentos industriais mas para promover e depois manter uma trajetória de estruturação do mercado de trabalho regional.

Há que se registrar também a ampliação, no período analisado, do peso das atividades do setor público, incluindo as atividades de seguridade social e as atividades de saúde e educação públicas, o que denota uma expectativa de consolidação de uma infraestrutura social na região Nordeste. Ainda em termos setoriais, a notável expansão das atividades de construção civil permite vislumbrar ampliação da produtividade da atividade econômica nos anos vindouros, uma vez que boa parte dessas atividades de construção civil reúne investimentos públicos e privados em infraestrutura de transportes e de geração de energia, ativos importantes para a contínua expansão da atividade industrial e demais segmentos produtivos da economia nordestina, atraindo novas empresas para a região.

A análise dos rendimentos também denota fortalecimento do mercado interno da economia nordestina no período em questão, quando foi notório o aumento dos rendimentos de base do mercado de trabalho, certamente, por causa dos aumentos reais do salário mínimo, que afetam direta ou indiretamente o rendimento do trabalho de parcela muito expressiva das ocupações, sendo decisivo também para promover melhoria do perfil distributivo, conforme mostram, entre outros trabalhos recentes, como o de Neder e Ribeiro (2010), sem esquecer também os efeitos indiretos que a ampliação dos programas de transferência de renda – como, especialmente, o Bolsa-família – têm sobre a remuneração do trabalho, sobretudo nos municípios menores e/ou de atividade predominantemente agrícola. Muitos estudos

37 Tomando-se os dados das Contas regionais do IBGE, pode-se constatar que, em 1980, a renda da região Nordeste equivalia a 12,2% da renda nacional e, em 2000, a 13,1% da renda nacional; na mesma época, a participação da economia paulista caiu de 37,7% da renda nacional para 33,7% da renda nacional. Deve-se registrar que, entre 1980 e 2000, o PIB *per capita* nacional cresceu modestíssimo 0,17% ao ano, em média. Entre 2003 e 2008, porém, o PIB *per capita* cresceu cerca de 3,5% ao ano, em média (e pode-se supor que, nos próximos anos, mantenha-se esse patamar).

recentes<sup>38</sup> já revelaram o potencial estruturante que esses programas de transferência de renda têm sobre os mercados de trabalho regionais, ao gerar demanda mais estável para diversas atividades mercantis, as quais, por sua vez, tendem a formalizar os vínculos empregatícios, devido à expectativa de ampliação de seus negócios, voltados para a venda de bens e serviços aos trabalhadores ou cidadãos de baixa renda.<sup>39</sup> No entanto, os referidos estudos também chamam a atenção para o fato de que a maior robustez do mercado de trabalho e a melhoria consistente dos perfis distributivos dependem da criação de postos de trabalho formalizados em atividades de todo o espectro ocupacional do mercado de trabalho e não apenas nos seus estratos inferiores. (SALM, 2006).

Em que pese o generalizado reconhecimento de que os mecanismos de transferência de renda (o que inclui tanto os aumentos reais do salário mínimo, como do Bolsa-família, entre outros programas de menor abrangência) venham beneficiando especialmente a Região Nordeste, isso não impede que sejam discutidos os grandes desafios para a elaboração de políticas pública e de política econômica. Por um lado, é preciso garantir que os programas de transferência de renda sejam duradouros, permitindo que seus efeitos diretos e indiretos na atividade econômica regional persistam no tempo. Por outro lado, à medida que as desigualdades de renda intra e inter-regionais se reduzam, essas políticas – que, de todo modo, não deixarão de ser necessárias – passarão a ser cada vez menos suficientes, pois tende a ser declinante a sua capacidade de promover contínuas mudanças estruturais na economia regional, no futuro. Nesse contexto, será cada vez mais importante que também continuem a ser instalados setores de atividade mais dinâmicos e que possam gerar postos de trabalho de salários maiores que a média atual da região. Em poucas palavras, deve-se, ao mesmo tempo, manter o dinamismo dos pequenos negócios

38 Confira, por exemplo: Cardoso Jr. (2007); Dedecca (2006); Salm (2006) e Castro e Modesto (2010).

39 Pereira (2009) mostra, utilizando dados da RAIS, que o recente processo de formalização do mercado de trabalho brasileiro foi ainda mais expressivo nos municípios de menor porte – e, em particular, nas regiões Norte e Nordeste –, comprovando o papel que os mecanismos de transferência de renda têm na estruturação dos mercados de trabalho regionais.

gerados pelos mecanismos de transferência de renda implementados e ampliados nos anos mais recentes e promover a geração de postos de trabalho e de atividades produtivas que gerem ganhos expressivos de produtividade no conjunto da economia nordestina.

Em que pese às boas perspectivas de investimentos em infraestrutura<sup>40</sup> e à decorrente atração exercida para a instalação de novas empresas de grande porte na região Nordeste, deve-se destacar que o promissor processo de exploração do petróleo do pré-sal – certamente concentrado em especial na região Sudeste do país – pode promover novas forças tendenciais de concentração da renda na região mais desenvolvida do país, a não ser que o Estado brasileiro se encarregue de elaborar, conforme alertam Araújo e Lima (2010), uma política regional afinada com o novo momento de desenvolvimento industrial e tecnológico que as atividades de exploração do pré-sal podem representar.

Estão postas as possibilidades para que se instale um processo sustentado de desenvolvimento econômico do Nordeste. Para tanto, além de uma política econômica que mantenha a economia brasileira em um ritmo de crescimento do PIB *per capita*, pelo menos, igual ao que se verificou no período 2006-2010, é preciso que o Estado brasileiro mantenha sua atuação com uma preocupação para a questão regional, consolidando uma reversão em relação ao que ocorreu nos anos 1990. Os sinais descritos pelos dados apresentados neste estudo, bem como os recentes investimentos em instalação de novas universidades públicas de qualidade (inclusive nas cidades médias do interior de vários estados), os gastos já em curso e os prometidos em infraestrutura (Transnordestina, transposição do Rio São Francisco etc.), bem como a ampliação dos investimentos nos setores siderúrgico, petrolífero (refinarias), automobilístico e naval, sem contar os centros de excelência tecnológico já instalados e os anunciados, formam um conjunto de fatores que permitem vislumbrar consistentes ganhos de produtividade na atividade econômica regional, conforme sempre destacou Celso Furtado em seus pronunciamentos, desde

40 Conforme aponta estudo do BNDES, organizado por Lemos (2009).

a fundação da Sudene, e em sua vasta obra. Estas mudanças estruturais dotarão a economia nordestina de um dinamismo próprio e conduzirão a importantes mudanças no perfil distributivo regional, com impacto na estruturação do seu mercado de trabalho, aproximando-o das características típicas de uma economia de fato industrializada, a saber: peso crescente de ocupações industriais ou de ocupações do setor terciário ligados ao desenvolvimento das atividades industriais (ou seja, setor terciário de alta produtividade); aumento do peso do emprego em atividades agroindustriais e não de atividades meramente agrícolas, independentemente do grau de formalização de suas relações de trabalho; ampliação da participação do emprego formal no conjunto do mercado de trabalho – embora, realisticamente, não se perca de vista que, em uma economia como a brasileira, sempre vá existir algum grau de heterogeneidade, mas esta não pode ser tão mais elevada no Nordeste e demais regiões em comparação com a região mais rica; e, fundamentalmente, redução da concentração da renda e da riqueza, única forma, de fato, de robustecer o mercado interno de consumo, conforme, aliás, também sempre esteve entre as principais preocupações de Furtado desde a constituição do GTDN.

Todos os fatores descritos acima – instalação de universidades e de polos de tecnologia, investimentos em infraestrutura de transportes e de energia de vários tipos, e instalação de empresas de grande porte que produzam matérias-primas importantes para o desenvolvimento industrial (siderurgia e petrolífera) ou produtos finais que gerem uma extensa e diversificada cadeia de suprimentos (naval e automobilística) – tendem a promover a instalação de uma diversa gama de empresas de todos os setores de atividade, conformando um mercado interno cada vez mais integrado com as demais regiões do país, mas, ao mesmo tempo, mais autônomo em relação a elas. Para que tudo isso tenha sequência, está posto o desafio mais geral, para o Estado brasileiro, de colocar em marcha uma política econômica – com tudo o que requer em termos de taxas de juros, taxa de câmbio e políticas industrial e comercial – que mantenha a economia brasileira em crescimento acelerado.

Somente nas condições acima descritas é que poderia acontecer uma ampliação significativa da participação do PIB nordestino no PIB nacional, e não apenas as melhorias pontuais que os dados têm indicado, conforme mostrou este estudo. De todo modo, sem dúvida, esses indicadores revelam uma situação melhor do que em qualquer momento histórico brasileiro desde o início da industrialização pesada, embora se deva fazer a ressalva de que foi estudado um período ainda muito curto para que se possam fazer afirmações mais categóricas.

Ainda muito resta a ser feito. Antes de mais nada, conforme já afirmamos acima e reiteramos aqui, é preciso que a economia brasileira mantenha, nos próximos anos, um ritmo de crescimento pelo menos semelhante ao que ocorreu no período 2006-2010. Além de manter uma trajetória de crescimento mais duradoura e sustentável ao longo do tempo, é necessário que se estabeleçam, na região Nordeste, setores industriais que gerem maior valor agregado, de tal forma que, de fato, a ampliação do PIB da região no PIB nacional seja mais consistente. No contexto da crise que se abate sobre a economia internacional a partir de 2008, com renovados efeitos ao longo de 2011 e imprevisíveis desdobramentos, é também preciso enfrentar os efeitos que a nova divisão internacional do trabalho (com ampliação da presença de manufaturados chineses e de demais países asiáticos na produção manufatureira mundial), notadamente na situação brasileira de câmbio valorizado e juros reais elevados, promove sobre o emprego e a produção industriais brasileiros – notadamente nas atividades industriais trabalho-intensivas – justamente o tipo de atividade que mais está presente na atividade manufatureira nordestina.

De todo modo, a despeito de todos estes alertas (período ainda curto das mudanças positivas apontadas; existência ainda de baixa participação de setores industriais de maior valor agregado na estrutura industrial da região Nordeste; incerteza em relação à manutenção do ritmo de crescimento econômico interno, dada a instabilidade econômica internacional; dificuldades geradas pelo câmbio valorizado e risco de desindustrialização), os dados recentes permitem vislumbrar a possibilidade de uma trajetória de melhoria do perfil de distribuição regional da renda no Brasil.

## AGRADECIMENTOS

---

Gostaria também de agradecer aos pareceristas anônimos que sugeriram modificações e melhoria de redação em uma versão inicial deste artigo. Como de praxe, eximo-os de quaisquer inconsistências ainda remanescentes no trabalho.

## ABSTRACT

---

This paper compares the performance of some selected economic activities in the Northeast with the whole country, and analyzes characteristics of the increasing formalization of labor market in the region. The main data source used in this paper comes from the PNADs (National Research by Household Sample), which microdata were organized and manipulated to provide the information to the crossing of desired data. It was also used IBGE's industrial research information. Basically, the method of analysis consisted of comparing the evolution of some indicators of product and employment in the Northeast region with the national average. Afterwards, the main changes in the income structure and the Northeast region occupation for the period that ends in 2008 were evaluated. It concludes that the conditions for the installation of sustained economic development in the region were placed. It warns, however, the maintenance's necessity of the pace of growth of the national economy and that the Brazilian government continues to work with regional concern. It also warns, about the uncertainties regarding the maintenance of internal growth rate, compared to international instability and the risk of de-industrialization. Still, it admits the possibility of improving the regional distribution of income in Brazil.

## KEY WORDS

---

Regional Distribution of Income. Brazilian Northeast. Employment Formalization.

## REFERÊNCIAS

---

AFFONSO, R. B.; SILVA, P. L. B. (Org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: Editora da Unesp, 1995. (FUNDAP Série Federalismo no Brasil).

ALMEIDA FILHO, N. Desenvolvimento territorial como expressão da perspectiva nacional do desenvolvimento: limites e potencial. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v.19, p. 94-116, 2006.

ARAÚJO, T. B. Nordeste, Nordestes: que Nordeste?. In: AFFONSO, R. B.; SILVA, P. L. B. (Org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: Editora da Unesp, 1995. (FUNDAP Série Federalismo no Brasil).

ARAÚJO, T. P.; LIMA, R. A. Aspectos estruturais do mercado de trabalho em contexto recente da economia brasileira: contraponto Nordeste-Sudeste. In: MORETTO, A. et al. (Org.). **Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2010.

BALTAR, P. E. A. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 6, p. 75-111, jun. 1996.

BARROS, P. B.; FOGUEL, M.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília, DF: IPEA, 2006. V. 1.

BRASÍLIA. Secretaria de Planejamento e Orçamento do Governo do Distrito Federal. **Segundo PND: Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Brasília, DF, 1974.

BRAVO, P. V. A distribuição de renda e as opções de desenvolvimento. In: SERRA, J. (Org.). **América Latina: ensaios de interpretação econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CACCIAMALI, M. C. **Distribuição de renda, formas de participação na produção e setor informal**. [S.l.: s.n.], 1985. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. **A economia informal 20 anos depois**. [S.l.: s.n.], 1986. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, v. 14, p. 153-174, jun. 2000.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005**. São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

\_\_\_\_\_. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970.** Campinas: Global Editora, 1985.

\_\_\_\_\_. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** São Paulo: Editora T. A. Queiroz, 1977.

CARDOSO JR., J. C. P. **De volta para o futuro?: as fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal.** Brasília, DF: IPEA, 2007. (Texto para Discussão do IPEA, n. 1.310).

CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Org.). **Bolsa-família 2003-2010: avanços e desafios.** Brasília, DF: IPEA, 2010. V. 1.

COHEN, S.; ZYSMAN, J. **Manufacturing matters: the myth of the post-industrial economy.** New York: Basic Books, 1987.

CRUZ, B. O.; SANTOS, I. R. S. Dinâmica do emprego industrial no Brasil entre 1990 e 2007: uma visão regional da desindustrialização. In: MACAMBIRA, J.; CARLEIAL, L. M. F. (Org.). **Emprego, trabalho e políticas públicas.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2009.

DEDECCA, C. S. Anos 90: a estabilidade com desigualdade. In: PRONI, M.; HENRIQUE, W. (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90.** São Paulo: Editora da Unesp, 2003.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a evolução no mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política,** São Paulo, v. 25, n. 1, p. 97, jan./mar. 2005.

\_\_\_\_\_. A redução da desigualdade no Brasil: uma estratégia complexa. In: BARROS, P. B.; FOGUEL, M.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente.** Brasília, DF: IPEA, 2006. V. 1.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia,** v. 31, n. 11, p. 35-64, set. 1993.

\_\_\_\_\_. **A dinâmica regional recente da economia**

**brasileira e suas perspectivas.** Rio de Janeiro: IPEA, 1995. (Texto para Discussão, n. 375).

FILGUEIRAS, L. **História do Plano Real.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** 7. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1967.

\_\_\_\_\_. **A fantasia organizada.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GUIMARÃES NETO, L. **Nordeste: da articulação comercial à integração econômica.** 362 f. 1986. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.

IBGE. **Anuário estatístico do Brasil.** Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_. **Contas regionais do Brasil 2004-2008.** Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD: microdados.** Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD: microdados.** Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD: microdados.** Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Industrial Anual.** Rio de Janeiro, [19--].

IPEA. **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil.** [S.l.], 2005. (Nota técnica).

KALDOR, N. **Essays on economic stability and growth.** Illinois: The Free Press of Glencoe, 1960.

LANGONI, C. G. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LEMOS, M. B. (Coord.). **Perspectivas do investimento na dimensão regional: estudo**



transversal 06: Projeto PIB: perspectivas de investimento no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

LESSA, C. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MACAMBIRA, J.; CARLEIAL, L. M. F. (Org.). **Emprego, trabalho e políticas públicas**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2009.

MATTOS, F. A. M. **Estrutura ocupacional e distribuição de renda nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro nos anos 80**. 182 f. 1994. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

MORETTO, A. et al. (Org.). **Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2010.

NEDER, H. D.; RIBEIRO, R. Os efeitos distributivos do salário mínimo no mercado de trabalho brasileiro e nordestino no período de 2002 a 2007. In: MORETTO, A. et al. (Org.). **Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2010.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1998.

PEREIRA, C. P. **Dinamismo econômico e mercado de trabalho no Brasil: uma abordagem geral dos últimos 40 anos e estudo empírico**. 2009. 53 f. Monografia (Graduação em Economia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PINTO, A. Heterogeneidade estrutural e o modelo de desenvolvimento recente. In: SERRA, J.

(Coord.). **América Latina: ensaios de interpretação econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.

SALM, C. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil: uma leitura crítica. In: BARROS, P. B.; FOGUEL, M.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília, DF: IPEA, 2006. V. 1.

SILVA, R. A. Papel dos serviços no desenvolvimento regional brasileiro após 1990. In: MACAMBIRA; CARLEIAL (Org.). **Emprego, trabalho e políticas públicas**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2009.

SOUSA, F. J. P. Evolução das disparidades regionais no Brasil 1950-2008: análise com base no GTDN. In: MORETTO et al. (Org.). **Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2010.

SOUZA, P.R. O setor informal e a pobreza urbana na América Latina. In: SOUZA, P. R. **Emprego, salários e pobreza**. São Paulo: Hucitec, 1980.

TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

---

Recebido para publicação em 19.04.2011.

